ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

EDITAL PE DG N.º 049/2026 – BB N.º 1102687

Aquisição de Microcomputador, Servidor Inteligente de Videomonitoramento e Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS).

INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO:

ATENÇÃO:

a) A disputa se dará por **menor preço GLOBAL por lote**. Para efeito de lances, considerar o **valor GLOBAL de cada lote**.

b) Os documentos de habilitação do licitante vencedor serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, **no prazo de 3 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.

Novo Portal - Licitações-e
https://licitacoes-e2.bb.com.br/

c) Como condição de contratação, os licitantes deverão se cadastrar junto ao CAF – Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia e junto ao SEI Bahia – Sistema Eletrônico de Informações. Recomenda-se que os interessados no certame realizem suas inscrições ou verifiquem a situação de seus registros através dos canais abaixo:

https://cadastrodefornecedores.saeb.ba.gov.br/

http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/pagina-acesso-externo

EDITAL

(x) Contratação delegada

ESTRUTURAÇÃO DO EDITAL

I – Parte Invariável, tendo como componentes:

a) Preâmbulo;

b) Rito Procedimental;

c) Formulários de documentos;

1. Modelo de procuração

2. Modelo de declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contrato (art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021)

d) Seção do Sistema de Registro de Preços - SRP:

1. Especificações do SRP;

2. Minuta da Ata de Registro de Preços;

II – Parte Variável, tendo como componentes:

a) Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação);

b) Minuta de contrato.

PREÂMBULO

1. Regência legal

Esta licitação obedecerá as disposições da Lei n° 14.634, de 28 de novembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, bem como do Decreto n° 22.885, de 20 de junho de 2024, do Decreto n° 22.888, de 26 de junho de 2024, e, na hipótese do Sistema de Registro de Preços, o Decreto nº 23.657, de 09 de maio de 2025, e respectivas alterações.

2. Objeto da licitação/Codificação no Certificado de Registro – SAEB

Família:	63.50	Código:	63.50.20.00020525-7
	70.10		70.10.20.00020518-4

3. Requisito de participação:

3.1 Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia /SAEB

Serão admitidos a participar desta licitação os interessados, inscritos ou não no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia, que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como usuário junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

3.2 Tratamento diferenciado e simplificado (ME e EPP)

(x) Ampla Participação

(x) Aquisições

(x) Sem reserva de cota

3.2.1 Na concessão do tratamento diferenciado e simplificado, deverá ser observado o disposto no item “3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO” do Rito Procedimental.

3.3 Consórcio

3.3.1 A definição quanto à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio observará o disposto no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

4. Processo administrativo - Órgão/entidade e setor: SSP/GAB/DG/CLIC

5. Modalidade/número de ordem

(x) Pregão eletrônico nº **049/2026**- ID BB **1102687**.

6. Modo de disputa

( ) Aberto
(x) Aberto e fechado
( ) Fechado e aberto

7. Intervalo mínimo de diferença entre lances (degrau de valor ou percentual):

(x) Sim (conforme orçamento estimado em planilha constante do TR/Habilitação)
( ) Não

8. Critério de julgamento:

(x)	Menor Preço	( )	Por item
		(x)	Por lote
		( )	Global

9. Ordem de fases da licitação:

(X) Na presente licitação, a fase de habilitação **sucederá** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10. Agendamento da vistoria, quando exigível no TR:

~~Responsável pelo agendamento de vistoria:~~
~~Servidor Responsável:~~
~~Endereço:~~
~~Horário: Tel.: *e-mail:*~~

11. Meio de acesso à integra do edital:

11.1 Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), portal Comprasnet.BA e https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/.

12. Local, dia e hora para recebimento das propostas e documentos e início da sessão pública da licitação:

Site: https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/

Recebimento das propostas: das 09:00 horas do dia 26/10/2026, às 09:59 horas do dia 05/11/2026.

Início da sessão pública: às 10:00 horas do dia 05/11/2026.

13. Impugnação e pedido de esclarecimento:

13.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por petição junto ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ou por mensagem no correio eletrônico (*e-mail*): <**dg.licitacao@ssp.ba.gov.br**>.

14. Disponibilização de vista dos autos:

14.1 O licitante deverá solicitar o acesso aos autos, o qual será concedido por meio de envio de link para o correio eletrônico (*e-mail*).

15. Controle prévio de legalidade ou dispensa de análise jurídica individualizada

(x) Declaro que o controle prévio do processo licitatório foi realizado pelo órgão de assessoramento jurídico, conforme o **Parecer no PA-NSSP-252-2026 de 28/09/2026.**

16. Responsável pela consolidação das informações, componentes e anexos na minuta de edital, e meio de contato:

Servidor responsável e portaria de designação: Alan Carlos Santana de Jesus - SD BM, PORTARIA Nº 151 de 25 de julho de 2025, publicada no DOE em 26 de julho de 2025.
Endereço: 4ª Avenida, 430, CAB, 3º andar, Salvador-BA CEP 41.745-002
Horário: 08h30 às 18h00 Tel.:(71) 3115-1877/1907/1950/1834
email: dg.licitacao@ssp.ba.gov.br
Salvador, 15 de outubro de 2026.
Assinatura/matrícula: *conforme assinatura eletrônica.*

RITO PROCEDIMENTAL

1. DIRETRIZES

1.1 O rito procedimental da presente licitação seguirá o disposto nesta seção, relativamente à operacionalização das fases do procedimento da licitação pelo critério de julgamento adotado, na forma eletrônica.

1.1.1 Para fins deste Edital, considera-se responsável pela licitação o agente de contratação ou comissão de contratação a quem compete a condução do procedimento licitatório.

1.1.2 No caso da modalidade pregão, aplicável ao critério de julgamento por menor preço o maior desconto, o agente de contratação será designado pregoeiro.

1.2 Na presente licitação será observado o que se segue:

a) os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

b) os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional; e

c) o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação dos licitantes ou a compreensão do conteúdo de suas propostas não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

d) será disponibilizado o acesso aos documentos que compõem as propostas e os documentos de habilitação apresentados no processo licitatório.

2. ORDEM DAS FASES DA LICITAÇÃO

2.1 A realização da licitação observará as seguintes fases sucessivas:

2.1.1. Quando adotado o critério menor preço ou maior desconto:

a) preparatória; b) divulgação do edital de licitação; c) apresentação de propostas e lances; d) julgamento; e) habilitação; f) recursal; e g) homologação.

2.1.2. Quando adotado o critério técnica e preço:

a) preparatória; b) divulgação do edital de licitação; c) apresentação de propostas técnica e de preço; d) julgamento; e) habilitação; f) recursal; e g) homologação.

2.2 Na hipótese de inversão de fases, desde que observados os requisitos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e que seja disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 O site, dia e hora para recebimento das propostas e início da sessão pública estão indicados no Preâmbulo deste Edital.

3.1.1 Reputa-se credenciada a pessoa natural regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

3.1.2 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante e cada representante somente poderá representar uma única licitante.

3.2 O licitante deverá credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame.

3.2.1 O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

3.2.2 O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o licitante responsável por todos os atos praticados.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, quando houver, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido

das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
3.4 Não poderão disputar esta licitação:
a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
h) agente público do órgão ou entidade licitante;
i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
3.4.1 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.
3.5 O impedimento relativo a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
3.6 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “b” e “c” do subitem 3.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
3.7 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
3.8 O disposto nas alíneas “b” e “c” do subitem 3.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
3.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da

contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
3.10 As vedações de que tratam a alínea “h” do subitem 3.4 e o subitem 3.4.1 se estendem a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme o §2° do art. 9° da Lei Federal n° 14.133/2021.

Tratamento diferenciado e simplificado (Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4° da Lei Federal n° 14.133/2021)

3.11 Na concessão do tratamento diferenciado e simplificado, deverão ser observadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto no art. 4° da Lei Federal n° 14.133/2021.

Aquisição com reserva de cotas
3.12 No caso de aquisição com reserva de cotas, serão observadas as seguintes disposições:
3.12.1 O percentual da cota reservada do quantitativo licitado está definido no TR/HABILITAÇÃO, a qual será destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inc. III, da Lei Complementar nº 123/06.
3.12.2 A cota será disputada em lote apartado, do qual participarão apenas as microempresas e empresas de pequeno porte.
3.12.3 A reserva da cota não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.
3.12.4 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
3.12.5 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
3.12.6 Deverá ser priorizada a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

Disposições gerais
4.1. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as suas propostas, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública no Preâmbulo do Edital.
4.2 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão os documentos de habilitação simultaneamente com o cadastramento das propostas, na forma e no prazo estabelecidos no subitem 4.1.
4.3 No cadastramento das propostas, o licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico:
a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
b) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes deste Edital;
c) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema eletrônico, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
d) o cumprimento do disposto no inc. VI do art. 68 da Lei Federal n° 14.133/2021;
e) o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de suas

propostas com as exigências deste Edital.
4.3.1 Ao cumprir o disposto nas alíneas “b” e “e” do subitem 4.3, o licitante automaticamente declara:
a) a aceitação de todas as condições dos anexos deste Edital;
b) que a proposta de preços apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;
c) não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inc. IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.
4.3.2 A declaração firmada em campo próprio do sistema eletrônico será suficiente para fazer prova da exigência nele contida, ressalvada a possibilidade de realização de diligência pelo responsável pela licitação para esclarecimentos adicionais, caso necessário.
4.3.2.1 O não atendimento, pelo licitante, de diligência a ele dirigida, será reputado desistência, implicando na sua exclusão do certame, sem prejuízo das consequências definidas na legislação.
4.3.2.2 A declaração que for comprovada falsa implicará na exclusão do licitante, sem prejuízo de apuração de responsabilidade.
4.4 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.
4.5 A falsidade de qualquer declaração de que trata o item 4 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021 e as referidas na Lei nº 14.634/2023.
4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e, quando for o caso, os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
4.7. Na hipótese de inversão de fases, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a abertura da sessão pública.
4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação das propostas e dos documentos de habilitação pelo licitante.

Acompanhamento do sistema
4.9 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

Parametrização do valor ou do percentual de desconto
4.10 Quando adotado o critério menor preço ou maior desconto, serão observadas as disposições dos subitens seguintes.
4.10.1 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá as seguintes regras:
a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea “a” deste subitem.
4.10.2 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
a) valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
4.10.3 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 4.10.1 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá elaborar a sua proposta em conformidade com o que dispõe o TR/Habilitação.
5.2 Todas as especificações do objeto contidas nas propostas vinculam o licitante.
5.3 Nos valores resultantes da proposta estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
5.3.1 Estarão contemplados ainda todos os custos com material de consumo, fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, se relacionem com o fiel cumprimento pelo licitante das obrigações,
5.3.2 A eventual exceção à previsão deste subitem deverá constar expressamente do TR/Habilitação.
5.4 A proposta ofertada pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, inclusive no que respeita ao percentual de desconto, preço ou lance, quando for o caso, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5.5 Com a apresentação das propostas, o proponente assume o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
5.5.1 Os licitantes devem respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes de tabela de preços referenciais.
5.5.2 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes da tabela de preços referenciais.
5.6 Somente será admitida a indicação da tributação relativa ao Simples Nacional pelos licitantes que explorem as atividades de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, de forma exclusiva ou em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação à inclusão no Simples, conforme previsto no art. 17, §1º, c/c art. 18, §5º-C, inc. VI, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo observar, ainda, no que respeita ao serviço de vigilância, o disposto na Lei Federal nº 14.967, de 9 de setembro de 2024.
5.7 Nas licitações destinadas à contratação de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva que não sejam de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, o licitante incluído no Simples Nacional deverá formular proposta considerando a tributação comum aplicável aos serviços, sob pena de desclassificação.

5.7.1 Na hipótese do subitem 5.7, o licitante que venha a ser contratado estará sujeito à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em face do disposto no art. 31, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006.
5.7.2 O pedido da exclusão do Simples Nacional deverá ser feito no prazo previsto no art. 30, §1o, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo a contratada apresentar cópia do ofício encaminhado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de recebimento, como condição para recebimento da primeira fatura da prestação dos serviços.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A abertura da licitação se dará automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Preâmbulo deste Edital.
6.1.1 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública, o responsável pela licitação informará a data e horário previsto para a reabertura da sessão.

7. ETAPA ANTECEDENTE AO JULGAMENTO

7.1 CONTEÚDO APLICÁVEL EXCLUSIVAMENTE AO CRITÉRIO MENOR PREÇO E MAIOR DESCONTO
Lances
7.1.1 Na fase competitiva será observado o que se segue:
7.1.1.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.
7.1.1.2 Ressalvada a hipótese de parametrização referida no subitem 4.9, é vedado ao licitante apresentar seus lances de forma sucessiva, padronizada, intermitente, simultânea ou em intervalos de poucos segundos entre eles, ou de outros mecanismos indicativos da utilização de software lançador “robô”.
7.1.1.3 Se inobservada a vedação estabelecida no subitem 7.1.1.2, o responsável pela licitação desclassificará a proposta e determinará a consequente abertura de processo administrativo para apuração do ilícito.
7.1.1.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
7.1.1.5 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.1.1.6 Será aplicado intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta (degrau).
7.1.1.6.1 O degrau deverá ser aquele indicado no TR/Habilitação.
7.1.1.7 Caso o sistema eletrônico disponibilize essa funcionalidade, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
7.1.1.8 Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
7.1.1.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
7.1.1.10 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
7.1.1.11 Caso, durante a desconexão do sistema eletrônico para o responsável pela licitação, ocorra o encerramento da disputa, o responsável pela licitação dará prosseguimento aos atos do certame somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação deste Edital.

7.1.1.12 Caso não sejam apresentados lances pelos licitantes, o julgamento será feito com a proposta inicial.

Fluxo do procedimento segundo o modo de disputa
7.1.2 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
7.1.2.1 No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
7.1.2.1.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
7.1.2.1.2 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 7.1.2.1.1 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
7.1.2.1.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.
7.1.2.1.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
7.1.2.1.5 Após o reinício previsto no subitem 7.1.2.1.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
7.1.2.2 No modo de disputa “aberto e fechado” os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
7.1.2.2.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
7.1.2.2.2 Encerrado o prazo previsto no subitem 7.1.2.2.1, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.1.2.2.3 No procedimento de que trata o subitem 7.1.2.2.2, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
7.1.2.2.4 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, o sistema possibilitará aos autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.1.2.2.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.
7.1.2.3 No modo de disputa “fechado e aberto” somente serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou de maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.
7.1.2.3.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 7.1.2.3, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
7.1.2.3.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e,

após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
7.1.2.3.3 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 7.1.2.3.2 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
7.1.2.3.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.
7.1.2.3.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
7.1.2.3.6 Após o reinício previsto no subitem 7.1.2.3.5, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

Situações de empate
7.1.3 Em caso de empate, será observado o que se segue:
7.1.3.1 Ocorrendo empate real, será observado o procedimento a seguir definido.
7.1.3.1.1 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
7.1.3.1.2 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:
a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme o art. 4º, §§1º a 3º, do Decreto nº 22.665/2024;
d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
7.1.3.1.2.1 A comprovação do desenvolvimento de ações de equidade e de programa de integridade a que se referem as alíneas “c” e “d” deste subitem será feita por declaração do interessado, acompanhada da relação das ações desenvolvidas, mediante diligência do responsável pela licitação.
7.1.3.1.3 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
b) empresas brasileiras;
c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
7.1.3.1.4 Se, após observados os subitens 7.1.3.1.2 e 7.1.3.1.3, não houver desempate, será realizado sorteio entre os licitantes, vedando-se qualquer outro critério.
7.1.3.2 Tratando-se de empate ficto em relação aos itens de ampla participação:
7.1.3.2.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.3.2.2 Nas condições do subitem 7.1.3.2.1, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), tratando-se de pregão eletrônico, ou de até 10% (dez por cento), tratando-se de concorrência eletrônica, relativamente à proposta mais bem classificada, serão consideradas empatadas com a primeira colocada (empate ficto).
7.1.3.2.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do subitem 7.1.3.2.2, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados da comunicação automática.
7.1.3.2.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais microempresas ou empresas de pequeno porte, em situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo.
7.1.3.2.5 No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
7.1.3.2.6 Se não ocorrer o desempate, prevalecerá a melhor oferta inicial.
7.1.3.3 A realização de sorteio, nas hipóteses previstas neste Edital, será realizada em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, e do qual será lavrada ata específica.
7.1.3.3.1 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a realização do sorteio por meio do sistema eletrônico, deverá ser designada a realização de ato público presencial, assegurado o acompanhamento e a manifestação por videoconferência ou outro meio idôneo.
7.1.3.3.2 Na hipótese do subitem 7.1.3.3.1, o responsável pela licitação deverá juntar aos autos do processo licitatório no Sistema Eletrônico de Informações – SEI a gravação da sessão pública em áudio e vídeo, nos termos dos §§2° e 5° do art. 17 da Lei Federal n° 14.133/2021.
7.1.3.3.3 O link da gravação, para fins de disponibilização aos interessados, constará de despacho do responsável pela licitação.

Chat para troca de mensagens
7.1.4 Ao final da disputa de lances, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o responsável pela licitação e os licitantes.

Verificação do atendimento às condições de participação
7.1.5 Será procedida à verificação do atendimento às condições de participação, nos termos seguintes:
7.1.5.1 O responsável pela licitação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Rito Procedimental deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep); e
c) Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia - CAF, mantido pelo Órgão Central do Sistema de Registro Cadastral do Poder Executivo do Estado da Bahia.

7.1.5.2 A consulta aos cadastros poderá ser estendida aos administradores e sócios com poderes de administração da licitante, na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica a que alude o art. 57 da Lei nº 14.634/2023.
7.1.5.3 Constatada a existência de sanção condenatória restritiva de direito transitada em julgado, nos termos dos arts. 43 e 44 do Decreto nº 23.113/2024, o licitante será excluído da licitação, hipótese em que o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, na forma do rito estabelecido neste edital.
7.1.5.3.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia.
7.1.5.3.2 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
7.1.5.4 O não atendimento das condições de participação importará na exclusão do licitante.
7.1.5.4.1 Na hipótese de exclusão do licitante, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, na forma deste edital, e assim, sucessivamente, até a identificação de licitante que atenda às condições de participação.

Readequação da proposta e solicitação de documentos
7.1.6 Por meio do chat, o responsável pela licitação solicitará do licitante mais bem classificado, conforme o caso: o envio da proposta readequada ao último lance ofertado; a declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contratos, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006; os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta.
7.1.6.1 O responsável pela licitação concederá o prazo de 3 (três) horas para envio dos documentos referidos neste subitem.
7.1.6.2 O prazo definido no subitem 7.1.6.1 poderá ser prorrogado por solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de sua conclusão.
7.1.6.3 Em casos justificados, constada a complexidade da proposta, o responsável pela licitação poderá fixar prazo diverso do definido no subitem 7.1.6.1, desde que não superior a 01 (um) dia útil.
7.1.6.4 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, sob pena de não aceitação da proposta.
7.1.6.5 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante mais bem classificado deverá apresentar, por meio eletrônico, conforme o critério de julgamento adotado, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo que integra o TR/Habilitação, bem como com o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores readequados ao valor final da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, na forma disciplinada no TR/Habilitação.
7.1.6.6 A declaração, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser firmada, preferencialmente, de acordo com o modelo do formulário integrante deste Edital.
7.1.6.7 Os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta listados no TR/Habilitação compreenderão, dentre outros, os catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet.
7.1.6.8 O não envio de qualquer dos documentos por meio do chat no prazo indicado

pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

7.2 CONTEÚDO APLICÁVEL EXCLUSIVAMENTE AO CRITÉRIO TÉCNICA E PREÇO
Modo de disputa
7.2.1 O procedimento adotará o modo de disputa fechado, sendo vedada a apresentação de lances.

Chat para troca de mensagens
7.2.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o responsável pela licitação e os licitantes.

Verificação do atendimento às condições de participação
7.2.3 Será procedida à verificação do atendimento às condições de participação, nos termos seguintes:
7.2.3.1 O responsável pela licitação verificará se os licitantes atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Rito Procedimental deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep); e
c) Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia - CAF, mantido pelo Órgão Central do Sistema de Registro Cadastral do Poder Executivo do Estado da Bahia.
7.2.3.2 A consulta aos cadastros poderá ser estendida aos administradores e sócios com poderes de administração da licitante, na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica a que alude o art. 57 da Lei nº 14.634/2023.
7.2.3.3 Constatada a existência de sanção condenatória restritiva de direito transitada em julgado, nos termos dos arts. 43 e 44 do Decreto nº 23.113/2024, o licitante será excluído da licitação, hipótese em que o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, procedendo na forma do item 6 e seus subitens.
7.2.3.3.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia.
7.2.3.3.2 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
7.2.3.4 O não atendimento das condições de participação importará na exclusão do licitante.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1 CONTEÚDO APLICÁVEL EXCLUSIVAMENTE AO CRITÉRIO MENOR PREÇO E MAIOR DESCONTO
Adequação da proposta
8.1.1 O responsável pela licitação examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço ou do desconto e quanto ao atendimento das especificações exigidas.
8.1.1.1 Será desclassificada a proposta que:
a) contiver vícios insanáveis;
b) não obedecer às especificações técnicas contidas no TR/Habilitação;
c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou

seus anexos, desde que insanável.

Avaliação da compatibilidade do preço

8.1.2 O responsável pela licitação aferirá a compatibilidade da proposta em relação ao máximo estipulado para contratação e quanto à sua exequibilidade.

8.1.2.1 Na hipótese de o preço do licitante mais bem classificado superar o limite máximo definido pela Administração, o responsável pela licitação poderá negociar a adequação da proposta, a fim de evitar a desclassificação.

8.1.2.1.1 O procedimento de negociação observará o disposto no item 9.

8.1.2.1.2 Quando a proposta do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, deverá ser oportunizada aos demais licitantes a possibilidade de negociação, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

8.1.2.2 No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, além das disposições eventualmente constantes do TR/Habilitação, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

a) para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global definidos no TR/Habilitação, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

b) serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

c) será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal n° 14.133/2021 (art. 59, §5°).

8.1.2.3 Se houver indício de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos, caberá a realização de diligência, a fim de oportunizar ao licitante a comprovação da exequibilidade da proposta.

8.1.2.4 Não poderá ser considerada exequível a proposta quando os custos do licitante ultrapassem o valor da proposta ou não forem demonstrados custos de oportunidade capazes de justificar a oferta.

Aferição do atendimento às especificações exigidas

8.1.3 Quanto à aferição do atendimento às especificações exigidas, será observado o que se segue:

8.1.3.1 O responsável pela licitação procederá à análise da proposta do licitante mais bem classificado quanto ao atendimento das especificações do objeto, sendo-lhe facultado colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada.

8.1.3.2 Caso previsto no TR/Habilitação, a análise a que se refere o subitem 8.1.3.1 será realizada em procedimento de exame de adequação do objeto, relativamente ao licitante mais bem classificado, compreendendo a apresentação de amostras, avaliação de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta, observado o que se segue:

8.1.3.2.1 Será divulgado o local e horário de realização do procedimento de exame de adequação do objeto, o qual deverá ser atendido pelo licitante, sob pena de preclusão.

8.1.3.2.2 A divulgação será feita por mensagem no sistema eletrônico, no sítio eletrônico oficial ou por outro meio idôneo, com a antecedência necessária para a sua realização.

8.1.3.2.3 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a permissão à

participação presencial dos interessados na realização do exame de adequação do objeto, deverá ser assegurado o acompanhamento e a manifestação no ato, por videoconferência ou outro meio idôneo.
8.1.3.2.4 A recusa do licitante à realização do exame de adequação do objeto ou atraso, sem justificativa aceita pelo responsável pela licitação, de entrega da amostra, realização do exame de conformidade, de prova de conceito ou de outros testes exigidos será considerada desistência do certame, ensejando a aplicação das penalidades pertinentes.
8.1.3.2.5 O objeto será considerado inadequado, quando verificado o não atendimento das especificações previstas neste Edital.
8.1.3.2.6 Os resultados das avaliações serão divulgados pelos meios previstos no subitem 8.1.3.2.2.
8.1.3.2.7 Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá, justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Documentos complementares à proposta de preço
8.1.4 Caso seja necessário, o responsável pela licitação poderá, em sede de diligência, solicitar documentos complementares à proposta de preço, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente (art. 36 do Decreto n° 22.888/2024).
8.1.4.1 Na realização de diligência, o responsável pela licitação deverá atentar para o caráter de complementaridade das informações e documentos a serem juntados (art. 36, parágrafo único, do Decreto n° 22.888/2024).
8.1.4.2 Não serão aceitos documentos ou informações que devessem constar originariamente da proposta.
8.1.4.3 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória da proposta
8.1.5 O responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação (art. 37 do Decreto n° 22.888/2024).

Providências ulteriores
8.1.6 No caso de desclassificação, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, de acordo com a disciplina estabelecida no rito estabelecido neste edital, procedendo a nova verificação da ocorrência do empate ficto, se for o caso, de acordo com a disciplina estabelecida, e assim sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.
8.1.7 Não sendo possível o julgamento da proposta na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, para a qual serão convocados os licitantes.
8.1.8 A fase de julgamento será encerrada com a identificação do licitante classificado detentor da melhor proposta.

8. FASE DE JULGAMENTO
8.2 CONTEÚDO APLICÁVEL EXCLUSIVAMENTE AO CRITÉRIO TÉCNICA E PREÇO
Adequação das propostas
8.2.1 O responsável pela licitação examinará as propostas técnicas e de preço de todos os licitantes, de acordo com os requisitos e especificações exigidas.
8.2.1.1 Será desclassificada a proposta que:
a) contiver vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no TR/Habilitação;
c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou seus anexos, desde que insanável.

Avaliação das propostas técnicas
8.2.2 A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas técnicas, observadas as regras e as condições previstas na Seção Específica do TR/Habilitação para Técnica e Preço.
8.2.2.1 A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.
8.2.2.2 No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com os critérios definidos no TR/Habilitação.

Documentos complementares à proposta técnica
8.2.3 Caso seja necessário, o responsável pela licitação poderá, em sede de diligência, solicitar documentos complementares à proposta técnica, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente (art. 36 do Decreto n° 22.888/2024).
8.2.3.1 Na realização de diligência, o responsável pela licitação deverá atentar para o caráter de complementaridade das informações e documentos a serem juntados (art. 36, parágrafo único, do Decreto n° 22.888/2024).
8.2.3.2 Não serão aceitos documentos ou informações que devessem constar originariamente da proposta.
8.2.3.3 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória da proposta
8.2.4 O responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação (art. 37 do Decreto n° 22.888/2024).

Avaliação da proposta de preço
8.2.5 Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o responsável pela licitação realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.
8.2.5.1 O responsável pela licitação aferirá a compatibilidade das propostas de preço em relação ao máximo estipulado para contratação e quanto à sua exequibilidade.
8.2.5.2 Na hipótese de o preço do licitante superar o limite máximo definido pela Administração, o responsável pela licitação poderá negociar a adequação da proposta, a fim de evitar a desclassificação.
8.2.5.2.1 O procedimento de negociação observará o disposto no item 9.
8.2.5.2.2 Será desclassificada a proposta de preço quando, mesmo após a negociação, permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
8.2.5.3 No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, além das disposições eventualmente constantes do TR/Habilitação, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:
a) para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global definidos no TR/Habilitação, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

b) serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4°, da Lei Federal n° 14.133/2021).
c) será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal n° 14.133/2021 (art. 59, §5°).
8.2.5.3 Se houver indício de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos, caberá a realização de diligência, a fim de oportunizar ao licitante a comprovação da exequibilidade da proposta.
8.2.5.4 Não poderá ser considerada exequível a proposta quando os custos do licitante ultrapassem o valor da proposta ou não forem demonstrados custos de oportunidade capazes de justificar a oferta.
8.2.5.5 O TR/Habilitação poderá prever a fixação de Nota da Proposta de Preço (NP), consistente na ponderação entre o valor global proposta pelo licitante classificado e o menor valor global proposto entre os licitantes classificados, de acordo com o parâmetro matemático nele estabelecido.
8.2.5.5.1 A atribuição da NP terá por objetivo, exclusivamente, a ponderação do preço do licitante em relação aos seus concorrentes, para efeito do cálculo da pontuação final, não modificando o preço que foi ofertado.

Pontuação final dos licitantes
8.2.6 Será procedida à ordenação e divulgação das notas ponderadas das propostas técnica e de preço.
8.2.6.1 A classificação dos proponentes será efetuada pela ordem decrescente das médias ponderadas das pontuações alcançadas, conforme os critérios estabelecidos no TR/Habilitação.
8.2.6.2 Tratando-se o licitante mais bem classificado de ME ou EPP, o responsável pela licitação, por meio do chat, solicitará a declaração de limitação de celebração de contratos, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
8.2.6.2.1 A declaração, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser firmada, preferencialmente, de acordo com o modelo do formulário integrante deste Edital.

Situações de empate
8.2.7 Em caso de empate, será observado o que se segue:
8.2.7.1 Ocorrendo empate real, será observado o procedimento a seguir definido.
8.2.7.1.1 Só poderá haver empate entre propostas iguais.
8.2.7.1.2 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:
a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme o art. 4º, §§1º a 3º, do Decreto nº 22.665/2024;
d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.2.7.1.2.1 A comprovação do desenvolvimento de ações de equidade e de programa de integridade a que se referem as alíneas “c” e “d” deste subitem será feita por declaração do interessado, acompanhada da relação das ações desenvolvidas, mediante diligência do responsável pela licitação.
8.2.7.1.3 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
b) empresas brasileiras;
c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
8.2.7.1.4 Se, após observados os subitens 8.2.7.1.2 e 8.2.7.1.3, não houver desempate, será realizado sorteio entre os licitantes, vedando-se qualquer outro critério.
8.2.7.2 Tratando-se de empate ficto em relação aos itens de ampla participação:
8.2.7.2.1 Será procedida à identificação das microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
8.2.7.2.2 Nas condições do subitem 8.2.7.2.1, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo percentual de até 10% (dez por cento), relativamente à proposta mais bem classificada, serão consideradas empatadas com a primeira colocada (empate ficto).
8.2.7.2.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do subitem 8.2.7.2.2, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados da comunicação automática.
8.2.7.2.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais microempresas ou empresas de pequeno porte, em situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo.
8.2.7.2.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
8.2.7.2.6 Se não ocorrer o desempate, prevalecerá a melhor oferta inicial.
8.2.7.1 A realização de sorteio, nas hipóteses previstas neste Edital, será realizada em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, e do qual será lavrada ata específica.
8.2.7.1.1 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a realização do sorteio por meio do sistema eletrônico, deverá ser designada a realização de ato público presencial, assegurado o acompanhamento e a manifestação por videoconferência ou outro meio idôneo.
8.2.7.1.2 Na hipótese do subitem 8.2.7.1.1, o responsável pela licitação deverá juntar aos autos do processo licitatório no Sistema Eletrônico de Informações – SEI a gravação da sessão pública em áudio e vídeo, nos termos dos §§2° e 5° do art. 17 da Lei Federal n° 14.133/2021.
8.2.7.1.3 O link da gravação, para fins de disponibilização aos interessados, constará de despacho do responsável pela licitação.

Aferição do atendimento às especificações exigidas
8.2.8 Quanto à aferição do atendimento às especificações exigidas, será observado o que se segue:

8.2.8.1 O responsável pela licitação procederá à análise da proposta do licitante mais bem classificado quanto ao atendimento das especificações do objeto, sendo-lhe facultado colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada.
8.2.8.2 Caso previsto no TR/Habilitação, a análise a que se refere o subitem 8.2.8.1 será realizada em procedimento de exame de adequação do objeto, relativamente ao licitante mais bem classificado, compreendendo a apresentação de amostras, avaliação de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta, observado o que se segue:
8.2.8.2.1 Será divulgado o local e horário de realização do procedimento de exame de adequação do objeto, o qual deverá ser atendido pelo licitante, sob pena de preclusão.
8.2.8.2.2 A divulgação será feita por mensagem no sistema eletrônico, no sítio eletrônico oficial ou por outro meio idôneo, com a antecedência necessária para a sua realização.
8.2.8.2.3 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a permissão à participação presencial dos interessados na realização do exame de adequação do objeto, deverá ser assegurado o acompanhamento e a manifestação no ato, por videoconferência ou outro meio idôneo.
8.2.8.2.4 A recusa do licitante à realização do exame de adequação do objeto ou atraso, sem justificativa aceita pelo responsável pela licitação, de entrega da amostra, realização do exame de conformidade, de prova de conceito ou de outros testes exigidos será considerada desistência do certame, ensejando a aplicação das penalidades pertinentes.
8.2.8.2.5 O objeto será considerado inadequado, quando verificado o não atendimento das especificações previstas neste Edital.
8.2.8.2.6 Os resultados das avaliações serão divulgados pelos meios previstos no subitem 8.2.8.2.2.
8.2.8.2.7 Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá, justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Documentos complementares à proposta de preço
8.2.9 Caso seja necessário, o responsável pela licitação poderá, em sede de diligência, solicitar documentos complementares à proposta de preço, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente (art. 36 do Decreto n° 22.888/2024).
8.2.9.1 Na realização de diligência, o responsável pela licitação deverá atentar para o caráter de complementaridade das informações e documentos a serem juntados (art. 36, parágrafo único, do Decreto n° 22.888/2024).
8.2.9.2 Não serão aceitos documentos ou informações que devessem constar originariamente da proposta.
8.2.9.3 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória da proposta
8.2.10 O responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação (art. 37 do Decreto n° 22.888/2024).

Providências ulteriores
8.2.11 A fase de julgamento será encerrada com a identificação do licitante classificado detentor da melhor proposta.

9. NEGOCIAÇÃO

9.1. Definido o resultado do julgamento, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado detentor da melhor proposta.

9.1.1 A negociação será conduzida pelo responsável pela licitação por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.1.2 O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.1.3 Concluída a negociação, o responsável pela licitação solicitará o envio da proposta readequada, observado o disposto no subitem 7.

10. FASE DE HABILITAÇÃO

Documentos de habilitação

10.1 Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme definido no TR/Habilitação, dividindo-se em: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira.

10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral do Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia (CAF) quanto aos documentos por ele abrangidos, observado o disposto neste Edital.

10.1.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação observarão os termos da Lei Federal n° 13.726, de 8 de outubro de 2018.

10.1.3 Na forma do art. 63, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante responderá pela veracidade das declarações a que se refere o subitem 4.3.

10.1.4 Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

Microempresas e empresas de pequeno porte

10.2 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.1 O responsável pela licitação procederá à verificação se a microempresa ou empresa de pequeno porte faz jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, em conformidade com os termos definidos neste Edital.

Empresas estrangeiras

10.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, será observado o que segue:

10.3.1 As exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes inicialmente apresentados com tradução livre;

10.3.2 O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os demais documentos de habilitação;

10.3.3 Para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata este artigo serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Consórcio de empresas

10.4 Salvo vedação devidamente justificada no TR/Habilitação, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observado o disposto no art. 15 e nos §§10 e 11 do art. 67, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.1 Quando houver a participação de consórcio de empresas, a habilitação

técnica, se exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Processamento da habilitação

10.5 Serão exigidos os documentos de habilitação apenas do licitante classificado detentor da melhor proposta, exceto na inversão de fases (art. 63, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021).

10.5.1 Quando houver inversão de fases, a exigência dos documentos de habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.5.2 Excetuam-se da previsão deste subitem os documentos relativos à regularidade fiscal, os quais serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e somente do licitante classificado detentor da melhor proposta (art. 63, inc. III, da Lei Federal n° 14.133/2021).

10.6 Os documentos de habilitação serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo 3 (três) horas, prorrogável por prazo não superior a 01 (um) dia útil, contado da solicitação do responsável pela licitação (art. 63, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021).

10.6.1 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.6.2 Em caso de falhas técnicas ou operacionais que inviabilizem o envio de documentação de que trata este subitem 10.6, será admitido o envio correspondente para o correio eletrônico (e-mail) indicado no Preâmbulo deste Edital, devendo o responsável pela licitação informar no chat do sistema eletrônico a data e o horário do seu recebimento, disponibilizando o seu conteúdo, em seguida, para os demais licitantes.

10.7 A habilitação poderá ser verificada por meio do CAF, quanto aos documentos por ele abrangidos, exceto quanto aos documentos de qualificação técnica.

10.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CAF, ou que dele constem como vencidos, ou que não possam ser substituídos pelo certificado, deverão ser apresentados pelo licitante, na forma prevista neste Edital.

10.7.2 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.8 Nas licitações restritas a fornecedores cadastrados, a habilitação será verificada por meio do CAF, observado o disposto no subitem 10.6 (art. 87, §§3° e 4° da Lei Federal n° 14.133/2021).

10.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo solicitar a modificação dos registros em caso de incorreção.

10.10 A verificação, pelo responsável pela licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.10.1 Desde que solicitado de forma expressa pelo licitante interessado, e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, inclusive no que respeita à adequação da habilitação econômico-financeira e da qualificação técnica, a documentação de habilitação enviada para determinado lote poderá ser utilizada para fins de avaliação da habilitação em outro lote no qual o licitante tenha sido o melhor classificado.

Documentos complementares à habilitação

10.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
10.11.1 Os documentos serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação, observado o disposto no subitem 10.5.
10.11.2 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado será considerada desistência, implicando na inabilitação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória
10.12 Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, §1° da Lei Federal nº 14.133/2021).
10.12.1 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Comprovação dos requisitos de habilitação diferidos
10.13 O responsável pela licitação definirá o prazo para a apresentação dos requisitos de habilitação cuja exigência tenha sido diferida.
10.13.1 A não apresentação da documentação no prazo definido, implicará inabilitação do licitante e sujeição às sanções administrativas pertinentes.
10.14 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja participação tenha sido realizada com a ressalva de existência de restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa
10.14.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará decadência do direito à contratação e inabilitação do licitante, além da sujeição às sanções administrativas pertinentes, na forma do disposto no §2º do art. 53 da Lei Complementar nº 123/06.

Inabilitação
10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o responsável pela licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos e especificações, procedendo, inclusive, a nova verificação da ocorrência do empate ficto, na forma prevista neste Edital.

Encerramento da fase de Habilitação
10.16 Não sendo possível o julgamento da habilitação na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, observado o prazo mínimo de 24h (vinte e quatro horas), para a declaração do licitante provisoriamente vencedor, para a qual ficarão convocados os licitantes.
10.17 Exceto na inversão de fases, encerrada a fase de habilitação, será declarado o licitante provisoriamente vencedor, ato do qual ficarão automaticamente intimados os licitantes.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
11.1.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados na forma eletrônica.
11.2 O responsável pela licitação responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos seus anexos.
11.2.1 O responsável pela licitação poderá solicitar a manifestação dos setores técnicos do órgão ou entidade contratante, a fim de subsidiar as decisões de caráter técnico, conforme o §3º do art. 8º do Decreto nº 22.885/2024 e a oitiva, quando necessário, dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, nos termos do art. 32 do Decreto nº 22.885/2024.
11.3 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo responsável pela licitação nos autos do processo de licitação.
11.4 Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, devendo ser observado o disposto no subitem 17.12
11.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br e no https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

12. FASE RECURSAL

12.1 A fase recursal obedecerá à disciplina estabelecida neste Edital, observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.
12.2 Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, cabem:
12.2.1 Recurso:
a) em fase única, em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação;
b) em face do ato de anulação ou revogação da licitação.
12.2.2 Pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.
12.3 O recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação observará as seguintes disposições:
12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 15 (quinze) minutos, sob pena de preclusão, após a declaração do licitante provisoriamente vencedor pelo responsável pela licitação.
12.3.1.1 A manifestação da intenção de recorrer será única, abrangendo as matérias concernentes ao julgamento das propostas e ao ato de habilitação ou inabilitação.
12.3.2 Manifestada a intenção de recorrer, as razões de recurso deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação da declaração do licitante provisoriamente vencedor.
12.3.3 O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso, a qual será feita por comunicação no chat.
12.3.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, para juízo de retratação.
12.3.4.1 Se a autoridade não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.
12.3.5 A autoridade superior deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10

(dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
12.3.6 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
12.3.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
12.3.8 O resultado dos recursos será divulgado no endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br.
12.4 Aplica-se o disposto no subitem 12.3, no que couber, ao recurso em face do ato de anulação ou revogação da licitação.
12.5 O pedido de reconsideração será apresentado no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, observado o inc. II do art. 165 da Lei Federal n° 14.133/2021.
12.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
12.6.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.
12.7 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.
13.1.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
13.1.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
13.1.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.
13.1.4 Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente do ato de anulação e revogação, poderá ser diferida a manifestação dos interessados, com fundamento no art. 183 da Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011, justificadamente.
13.2 A homologação da licitação não implicará direito à contratação.

14. CONTRATAÇÃO

Convocação para assinatura
14.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, o instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços – APS, conforme o caso, no prazo estabelecido no TR/Habilitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.
14.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
14.1.2 A contratação obedecerá as estipulações constantes da minuta de contrato integrante do edital da licitação, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

14.1.3 Na hipótese de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, neste serão consideradas literalmente transcritas todas as cláusulas e condições previstas na minuta de contrato constante deste Edital.
14.1.4 O termo de contrato, a AFM ou, a APS, conforme o caso, deve ser assinado pelo representante legal do licitante ou mandatário com poderes expressos.
14.1.5 A assinatura se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, caso em que o licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônico www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br ou através do link disponibilizado www.comprasnet.ba.gov.br.
14.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
14.3 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
14.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.2 a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:
a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, mas não superior ao preço ofertado pelo próprio licitante remanescente;
b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
14.5. A negociação a que se refere a alínea “a” do subitem 14.4 deste artigo deverá ser oportunizada aos licitantes remanescentes, assegurada a preferência, em caso de empate, ao licitante mais bem classificado.

Recusa
14.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo estabelecido pela Administração, dentro do prazo de validade da proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotor da licitação (art. 90, §5º, c/c art. 155, inc. VI, da Lei Federal nº 14.133/2021)
14.7 Equipara-se à recusa prevista no subitem 14.6 a circunstância de o adjudicatário deixar de manter as condições de habilitação exigidas na licitação, ou, por qualquer meio, dar causa à impossibilidade de celebrar o contrato.
14.8 A multa compensatória para a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou praticar condutas a elas equiparadas, corresponderá, salvo previsão diversa, ao mesmo percentual definido para o descumprimento total da obrigação principal, e incidirá sobre o valor global do contrato (art. 8º, §§1º e 4º, do Decreto nº 23.113/2024).
14.8.1 Nas hipóteses em que não houver valor contratado, a sanção de multa terá como base o valor correspondente ao objeto adjudicado ou, quando for o caso, da estimativa da contratação (art. 7º, §1º, c/c art. 8º, §4º, do Decreto nº 23.113/2024).
14.9 A regra do subitem 14.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea “a” do subitem 14.4, exceto se estes passarem à condição de licitante adjudicatário (art. 48, §8º, do Decreto nº 22.888/2024).

15. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Edital as condutas constantes do art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021 (art. 47 da Lei n°

14.634/2023).
15.2 Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas referidas na Lei nº 14.634/2023, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

16. DISPOSIÇÕES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Tratando-se de licitação destinada ao Sistema de Registro de Preços, serão observados, ainda, os acréscimos da Seção do Sistema do Registro de Preços – SRP, os quais prevalecerão em caso de conflito.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.
17.2 Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso da licitação e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e prática de atos processuais.
17.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, os princípios elencados no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, a finalidade e a segurança da contratação.
17.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será responsável por quaisquer custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
17.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital observar-se-á o art. 183 da Lei Federal n° 14.133/2021.
17.6 Os atos de comunicação processual da Administração com os licitantes serão realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei n° 12.209/2011 e no Decreto n° 15.805, de 30 de dezembro de 2014.
17.6.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto n° 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.
17.7 A autoridade competente poderá, até a assinatura do contrato, excluir licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira para a execução do contrato, assegurada a manifestação do interessado (art. 66 da Lei n° 14.634/2023).
17.8 Eventuais modificações neste Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
17.9 Os casos omissos serão dirimidos pelo Órgão/Entidade indicados no Preâmbulo deste Edital, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei n° 14.634/2023, e demais normas aplicáveis.

18. FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal n° 14.133/2021.

FORMULÁRIO DE DOCUMENTOS

1. Modelo de procuração

2. Modelo de declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contrato (art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021)

MODELO DE PROCURAÇÃO

Modalidade de Licitação	Número

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade no ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Salvador, _____de _____ de 20__.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

MODELO DE DECLARAÇÃO POR ME E EPP DE LIMITAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

(ART. 4º, §2º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número

[Identificação completa do representante do licitante], como representante devidamente constituído de **[Identificação completa do licitante]**, doravante denominado Licitante, para fins de participação na licitação/contratação direta acima identificada, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, não ter celebrado, no ano calendário da realização da licitação/contratação direta, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do §2º do art. 4º da

Lei Federal nº 14.133/2021.

Salvador _____de _____ de 20__.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

Documento assinado eletronicamente por **Alan Carlos Santana de Jesus**, **Soldado de 1A. Classe**, em 15/10/2026, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00151937834** e o código CRC **46F64FCD**.

Referência: Processo nº 020.20519.2026.0002255-01 SEI nº 00151937834

ESTADO DA **B**AHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA-SSP

TERMO DE REFERÊNCIA

Microcomputador, Servidor Inteligente de Videomonitoramento e Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo

Parte Variável do edital
Componente: **TR/HABILITAÇÃO**
Classificação: **modelo**
Versão: **2**
Data da aprovação/modificação (PGE): 23/12/2025

TERMO DE REFERÊNCIA E HABILITAÇÃO (TR/HABILITAÇÃO)

LICITAÇÃO

MENOR PREÇO

CONTRATAÇÃO DELEGADA

(Processo Administrativo nº 020.20519.2026.0002255-01)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto: Aquisição de Microcomputador, Servidor Inteligente de Videomonitoramento e Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS).

1.1.1 As especificações do objeto obedecerão as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação), observado o disposto na tabela (x) abaixo ( ) em anexo.

					LOTE 01	
Participação [ampla/exclusiva]	**Lote**	**Código SIMPAS**	**Descrição**	**Unidade de Fornecimento (UF)**	**Quantitativo**	**Cronograma/Prazo**

Ampla	01	63.50.20.00020525-7	Servidor Inteligente de Videomonitoramento capaz de centralizar, gravar, analisar e gerenciar vídeos de até 250 câmeras IP, devem ser fornecidos com quantidade suficiente para armazenamento dos 250 canais de vídeo para um período de 07 dias e 10% dessa quantidade de canais para 30 dias, executando analíticos de vídeo avançados como reconhecimento facial, leitura de placas de veículos e detecção de atributos, com processamento em tempo real de ao menos 160 canais em 2MP e capacidade mínima de reconhecimento simultâneo de 20 rostos por cena. A plataforma deve integrar hardware e software analítico embarcado, suportar padrões RSTP, ONVIF (Perfis S/G/T/M), interoperabilidade e integração por meio de SDK, compressão H.264/H.265, comparações faciais acima de 160 por segundo, banco de dados para ao menos 300 mil faces, armazenamento local em RAID 0/1/5/6 com no mínimo 10 discos de 20TB, segurança criptografada, proteção contra ataques, exportação de vídeos e operação via interface local e web. O equipamento deve incluir portas HDMI e USB, múltiplas interfaces Gigabit Ethernet, instalação em rack até 8U, garantia on-site de 5 anos e atualizações contínuas de software, patches e firmware durante todo o período.	UND	04	90 DIAS
Ampla	02	70.10.20.00020518-4	Microcomputador, Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS) composto por hardware e software instalado, baseado em rede TCP/IP, compatível com câmeras IP de diversos fabricantes, utilizando o padrão de mercado ONVIF (Perfis S, G, M e T) e RTSP, com capacidade de processar todos os canais e ciclos de reconhecimento facial gerados pelo Servidor Inteligente de Videomonitoramento, com resolução mínima de 2MP e 30 FPS, simultaneamente; licenciado para no mínimo 250 canais de Reconhecimento Facial, Leitura de Placa de Veículos e detecção de atributos, com capacidade de monitoramento, gravação, pesquisa e recuperação de imagens, incluindo processamento dos dados gerados por servidor inteligente de videomonitoramento. Deve suportar multi-streaming, gravação continua, por movimento, eventos e agendamento, além de arquitetura cliente/servidor com autenticação centralizada, alta disponibilidade com pelo menos três opções de failover, mapas sinóticos, videowall nativo, exportação de vídeos em formatos padrão e nativo com player incorporado, API/SDK para integração, operação remota, mecanismos de auditoria, alarmes, notificações SNMP, controle PTZ, criptografia de gravações, reserva de espaço em disco, gravação FIFO, replicação de configurações e gestão centralizada de múltiplos sites. O hardware deve incluir gabinete rack 19, fontes e ventiladores redundantes hot-swap, processador com arquitetura de 64 bits, 32 GB RAM, 4 interfaces Gigabit Ethernet, RAID 0/1/5, armazenamento com no mínimo 10 discos de 20TB, sistema operacional licenciado e garantia on-site de 5 anos, com atualizações, patches e firmware durante todo o período. On-site de 5 anos, com atualizações, patches e firmware durante todo o período.	UND	04	90 DIAS

1.1.2 As especificações do objeto constam:

( ) da descrição abaixo: (...)
(x) do anexo integrante deste TR/Habilitação

1.1.2.1 As características descritas pelas licitantes devem guardar compatibilidade com as especificações exigidas neste TR, devendo o produto ou componente ofertado ser claramente descrito de forma visual e/ou escrita.
1.1.2.1.1 As descrições e/ou materiais informativos utilizados nas especificações dos produtos cotados, se forem vertidos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português, ressalvados os termos técnicos cuja compreensão seja usual.
1.1.2.1.2 As características devem ser comprovadas através de:

catálogos
manuais
fichas de especificação técnica

1.1.2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e sua regulamentação.

1.2 O prazo de vigência do Contrato é de 180 dias, a **contar da data** da (x) **assinatura do Contrato** ( ) **subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM** ( ) **subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS**, observado o artigo 105 da Lei Federal n° 14.133/2021.

1.3 O Contrato apresenta maior detalhamento das regras que serão aplicadas ao prazo de vigência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação, da caracterização do objeto e de seus quantitativos está especificada:
(x) em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar
( ) na descrição a seguir: (...)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo está especificada:
(x) em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar
( ) na descrição a seguir: (...)

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade:

4.1.1 Devem ser atendidos os seguintes os critérios de sustentabilidade, conforme justificativa apresentada pelo gestor competente no processo administrativo de que trata este TR/Habilitação, **doc. SEI 00132459847**.

4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 A Administração **não** indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s).

4.3 Exame de adequação do objeto (amostras, exame de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta)

4.3.1 Será procedido ao exame de adequação do objeto mediante (art. 17, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021)
( ) amostra
( ) exame de conformidade
(x) prova de conceito
( ) teste _____ (*especificar*)

4.3.1.1 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
Serão avaliados os requisitos funcionais, técnicos, de desempenho, interoperabilidade, integração, segurança, armazenamento, disponibilidade e demais características da solução ofertada, observados os padrões mínimos de aceitabilidade definidos para a Prova de Conceito. Os procedimentos, critérios de avaliação, requisitos de aprovação e forma de execução da Prova de Conceito constam do Anexo I deste Termo de Referência.

4.3.1.2 ( ) O exame de conformidade (x) a prova de conceito ( ) o teste _____ (*especificar*) terá início no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da solicitação do responsável pela licitação.

4.3.2 Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá,

justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.4 Vistoria

4.4.1 Não será exigida a realização de vistoria prévia.

4.5 Subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Garantia

4.6.1 Garantia de proposta

4.6.1.1 Não haverá exigência da garantia de proposta de que trata o art. 58 da Lei Federal n° 14.133/2021.

4.6.2 Garantia da contratação

4.6.2.1 Será exigida a garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, no **percentual de 5 % (cinco por cento) do valor** anual do Contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades indicadas no referido art. 96, §1°.

4.6.2.1.1 A garantia na modalidade caução em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pelo Contratante, com correção monetária.
4.6.2.1.2 Para garantia na modalidade títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia (art. 96, §1º, inc. I, da Lei Federal n° 14.133/2021).
4.6.2.1.3 Para garantia na modalidade fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
4.6.2.1.4 Na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, a prova da garantia, sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, deverá ser apresentada no **prazo de 30 (trinta) dias**, **após** ( ) autorização da contratação direta (x) assinatura do Contrato.
4.6.2.1.5 Na hipótese de garantia na modalidade seguro garantia:
a) deverá ser prestada em **até 30 (trinta) dias**, contados da data da homologação da licitação e anteriormente à assinatura do Contrato (art. 96, §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021).
b) tratando-se de contratação direta, ou na hipótese de contratação oriunda do SRP, a garantia deverá ser prestada anteriormente à assinatura do Contrato.
c) a apólice vigorará **por 30 (trinta) dias** após o término da vigência do Contrato e continuará em vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia (art. 97, incs. I e II, da Lei Federal n° 14.133/2021).
d) a apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
e) será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.6.2.1.8 (art. 97, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021).
f) ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos da regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia.

4.6.2.1.6 No caso das modalidades seguro garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.
4.6.2.1.7 Caso utilizada outra modalidade de garantia diversa do seguro garantia, a sua liberação ou restituição somente ocorrerá após a fiel execução do Contrato ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
4.6.2.1.8 Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo Contratante.
4.6.2.1.9 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, somente será aceita se, observada a legislação que rege a matéria, contemplar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, bem como de multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, independentemente de outras cominações legais.
4.6.2.1.10 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a contratação.
4.6.2.1.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a

contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no mesmo prazo estabelecido para comprovação da garantia originária.
4.6.2.1.12 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
4.6.2.1.13 O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser intimado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal n° 14.133/2021).
4.6.2.1.14 A liberação ou restituição da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do Contrato, com a demonstração de cumprimento, pela contratada, das obrigações pactuadas.
4.6.2.1.15 O garantidor não é parte em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
4.6.2.1.16 A contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR/Habilitação.
4.6.2.1.17 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 59, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.7 Participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio

(x) Sim
( ) Não, conforme justificativa constante do processo administrativo de que trata este TR/Habilitação,**doc. SEI** _____ (art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.8 Exigência de carta de solidariedade

4.8.1Não será exigido carta de solidariedade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Forma de entrega

5.1.1 Condições de entrega

5.1.1.1 A entrega dos objetos se dará da seguinte forma:

5.1.1.1.1 Os bens serão entregues de uma única vez, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM

Cronograma

Marco	Prazo
Entrega dos equipamentos, softwares, licenças e acessórios	Até 90 (noventa) dias da AFM
Instalação, configuração e integração da solução	Até 10 (dez) dias úteis após a entrega dos equipamentos
Testes funcionais, de desempenho, interoperabilidade e homologação técnica	Até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da instalação e integração
Entrega da documentação técnica, documentação as built, relatórios de testes e certificados da transferência tecnológica	Até 3 (três) dias úteis após a homologação técnica
Realização da transferência tecnológica para a equipe da SSP/BA	Até 5 (cinco) dias úteis após a homologação técnica
Recebimento Provisório	Até 7 (sete) dias úteis após a comunicação formal da conclusão da solução
Correção de eventuais pendências apontadas pela fiscalização	Até 5 (cinco) dias úteis da notificação da Contratada
Recebimento Definitivo	Até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e saneamento das pendências eventualmente apontadas

Prazos:

Recebimento Provisório: até **7 (sete)** dias úteis após a conclusão da instalação, configuração, integração, testes e homologação da solução, mediante emissão de Relatório Técnico/Checklist de Homologação.

Recebimento Definitivo: até **10 (dez)** dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, da entrega da documentação técnica exigida, da realização da transferência tecnológica e da aprovação da solução pela fiscalização.

Essa sistemática estabelece o seguinte fluxo de execução e fiscalização:

1. Instala → Configura → Integra → Testa → Homologa → Recebe provisoriamente;

2. Entrega a documentação técnica, a documentação “as built”, os relatórios de instalação, configuração, integração e validação dos testes;

3. Realiza a transferência tecnológica → Fiscalização verifica o cumprimento contratual → Recebe definitivamente.

Inclusive, para fins de fiscalização da SSP/BA, esse modelo gera uma trilha documental robusta composta por **Checklist de Homologação + Relatório Técnico de Instalação e Configuração + Relatório de Validação dos Testes + Documentação “as built” + Certificados da Transferência Tecnológica + Termo de Recebimento Definitivo**, o que tende a ser mais aderente às exigências de auditoria e aos órgãos de controle.

Constatada a conformidade da solução com as especificações deste Termo de Referência, será emitido o **Termo de Recebimento Definitivo**, que constituirá condição para a liquidação da despesa e o respectivo pagamento

5.2 Local da entrega

5.2.1 As especificações do endereço para entrega do objeto constam:
( ) do anexo integrante deste TR/Habilitação
(x) da descrição abaixo (...)

Secretaria da Segurança Pública da Bahia, 4ª Avenida, Centro Administrativo da Bahia, nº 417, Edf. 2 de Julho, Salvador/Bahia, CEP 41745-002.

5.3 Garantia técnica

5.3.1 O prazo legal de garantia será de **30 (trinta)** dias, tratando-se de fornecimento de produtos não duráveis, e de **90 (noventa)** dias, tratando-se de fornecimento de produtos duráveis (art. 26, incs. I e II, do CDC), contado a partir da entrega efetiva do produto.
5.3.1.1 Deverá ser acrescido ao prazo legal de garantia, a garantia contratual técnica de **1.735 (mil setecentos e trinta e cinco) dias**, contados a partir ( ) da entrega efetiva do produto ( ) do término da garantia legal.
5.3.1.2 A garantia contratual técnica é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito (art. 50 do CDC).
5.3.1.3 O termo de garantia contratual técnica ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer de maneira adequada e clara:
a) em que consiste a garantia;
b) a forma, o prazo e o lugar em que pode ser executada;
c) os ônus a cargo do contratante da garantia.
5.3.1.4 O termo de que trata o subitem anterior deverá ser entregue pela contratada, devidamente preenchido, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução e, quando for o caso, do manual de instalação e uso do produto, em linguagem didática e com ilustrações (art. 50, parágrafo único, do CDC).
5.3.1.5 A garantia será prestada com o propósito de manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
5.3.1.6 A garantia contratual técnica, quando exigida, abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
5.3.1.6.1 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.3.2 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia legal ou contratual técnica deverão ser substituídas por outras originais, adequadas e novas, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
5.3.2.1 Uma vez intimada, a contratada realizará, conforme o tipo de garantia, a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contado a partir do termo final definido pela Administração para a retirada do equipamento das suas dependências**.**
5.3.2.2 A contratada, por si ou por meio da assistência técnica autorizada, deverá retirar o equipamento das dependências da Administração no prazo de até **03 (três) dias úteis**.
5.3.2.3 Os prazos indicados nos subitens 5.3.2.1 e 5.3.2.2 poderão, durante o seu transcurso, ser prorrogados uma única vez, por até **15 (quinze)** dias úteis, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, aceita pelo Contratante.
5.3.2.4 Na hipótese desse subitem 5.3.2, a contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
5.3.2.5 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da contratada o reembolso dos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
5.3.3 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia legal ou contratual técnica será de responsabilidade da contratada.
5.3.4 A garantia legal ou contratual técnica tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência

contratual, permitindo eventual aplicação de penalidades, mesmo depois de expirado este último prazo, em caso de descumprimento de alguma de suas condições.

5.4 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4.1 As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam deste TR/Habilitação.

(x) MENOR PREÇO

5.4.1.1 O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em (x) duas ( ) três ( ) quatro casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.
5.4.1.2 Caso o preço seja apresentado com número de casas decimais diverso do exigido, cada casa faltante ou excedente será considerada igual a zero.
5.4.1.3 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no instrumento convocatório, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

( ) MAIOR DESCONTO

5.4.1.1 O percentual de desconto incidirá linearmente sobre orçamento de referência, devendo ser estendido aos eventuais termos aditivos (art. 33, inc. II, art. 34, §2º, e art. 82, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
5.4.1.2 O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes deste TR/Habilitação e/ou do Projeto Básico (engenharia), conforme o caso, a qual deverá ser expressa em percentual de desconto, não sendo admitidas propostas alternativas.
5.4.1.3 O percentual de desconto incidirá sobre o preço global estimado pela Administração, aplicando-se linearmente sobre os itens do orçamento de referência.
5.4.1.4 O percentual de desconto deverá conter (x) duas ( ) três ( ) quatro casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.
5.4.1.5 Caso o percentual de desconto seja apresentado com número de casas decimais diverso do exigido, cada casa faltante ou excedente será considerada igual a zero.
5.4.1.6 Quando o produto do percentual de desconto sobre os itens do orçamento de referência resultar em dízima periódica, serão consideradas apenas duas casas decimais, com aproximação para mais do último algarismo, se este for igual ou superior a 5 (cinco).
5.4.1.7 O orçamento de referência do objeto licitado conterá, conforme o caso, todos os itens que o compõe, elaborado, quando for caso, a partir das composições dos custos unitários do sistema de referência utilizado, com fundamento no TR/Habilitação e/ou Projeto Básico previamente aprovado(s).
5.4.1.8 O licitante, conforme o caso, deverá apresentar, juntamente com a proposta financeira, o respectivo cronograma físico-financeiro.

5.4.2 O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da efetiva realização da sessão pública.
5.4.2.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado aos licitantes ampliá-lo.
5.4.3 O licitante deverá anexar junto à sua proposta declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo integrante deste TR/Habilitação.
5.4.4 Tratando-se se aquisições de bens, o licitante deverá:

5.4.4.1 Informar no campo da descrição do formulário eletrônico a marca do produto.
(x) SIM
5.4.4.1.1 A marca será única para cada item, sem possibilidade de substituição.
5.4.4.1.2 O não preenchimento, pela licitante, no formulário eletrônico, da marca, implicará na não admissão da proposta, face a ausência de informação suficiente para classificação.
5.4.4.1.3 Nos casos em que a marca identifica o proponente, deve-se colocar expressão como “marca própria” ou “marca do fabricante”, sob pena de não admissão da proposta.

5.4.4.1.1 A marca será única para cada item, sem possibilidade de substituição
5.4.4.1.2 O não preenchimento das informações implicará na não admissão da proposta, face a ausência de informação suficiente para classificação.

5.4.5 Além das informações que já constam neste TR/Habilitação, constituem, ainda, informações relevantes para o dimensionamento da proposta as que constam do **anexo** integrante deste TR/Habilitação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e da Lei Estadual n° 14.634/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, *caput*, da Lei Federal n° 14.133/2021).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5°, da Lei Federal n° 14.133/2021).
6.2.1 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.
6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.5 O acompanhamento da execução do Contrato compreenderá as atividades de gestão e fiscalização na forma dos arts. 15 a 23 do Decreto nº 22.885/2024, observando-se, ainda, o disposto nos arts. 7º e 17 do Decreto nº 23.059/2024.
6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.
6.5.2 O prazo de que trata o subitem 6.5.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
6.5.3 Não havendo regularização ou não sendo aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
6.5.4 Sem prejuízo das obrigações definidas neste TR/Habilitação, o fiscal do contrato deverá identificar possível razão que, nos termos dos §§4° e 5° do art. 156 da Lei Federal n° 14.133/2021 e art. 48 da Lei n° 14.634/2023, impeça a contratada de licitar e contratar.
6.5.5 A fiscalização de que trata este TR/Habilitação não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.
6.6 Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para alinhamento da execução do Contrato e demais procedimentos de gestão do ajuste.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1 RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1.1 Recebimento provisório

7.1.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR/Habilitação e na proposta.

7.1.1.2 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119 da Lei Federal n° 14.133/2021).
7.1.1.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR/Habilitação e na proposta, devendo ser substituído ou corrigido no prazo de **07 (sete) dias**, a contar da intimação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (art. 140, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021).
7.1.1.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do Contrato deverá(ão) emitir relatório sobre o efetivo cumprimento das obrigações da contratada e, se for o caso, analisar o desempenho na execução do Contrato nos termos do art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com os indicadores que deverão integrar este TR/Habilitação como anexo, encaminhando-o ao gestor do Contrato.
7.1.1.4.1 A análise do desempenho na execução do Contrato de que trata o art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.
7.1.1.5 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.
7.1.1.6 O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
7.1.1.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

7.1.2 Recebimento definitivo

7.1.2.1 O recebimento **definitivo** ocorrerá no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, inc. II, “b” da Lei Federal n° 14.133, de 2021).
7.1.2.1.1 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.2.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
7.1.2.2.1 Para fins do subitem anterior, o valor da parcela incontroversa deverá ser comunicada à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).
7.1.2.3 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por até **10 (dez) dias úteis**, adotará, na forma deste subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.
7.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela contratada possui(em) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do Contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do Contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
7.2.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante;
7.2.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste TR/Habilitação.

7.3 PAGAMENTO
7.3.1 Prazo para pagamento

7.3.1.1 O pagamento será efetuado no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.
7.3.1.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do INCP/IBGE, *pro rata tempore*.

7.3.2 Forma de pagamento

7.3.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da contratada aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia.
7.3.2.1.1 Optando a contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.
7.3.2.2 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, inclusive os destaques necessários às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.
7.3.2.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver incidência tributária.
7.3.2.4 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA PROPOSTA E EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 A seleção da proposta será feita em procedimento de:
(x) Licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento
(x) menor preço
( ) maior desconto

8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
8.2.1.1 Habilitação jurídica
8.2.1.1.1 Para **Pessoas Jurídicas**:

a) empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis;
b) microempreendedor individual – MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
d) sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
e) empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, observando-se a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir.
f) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.1.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista
a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes (x) Estadual/Distrital ( ) Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade com a Fazenda (x) Estadual/Distrital (x) Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei;
c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
e) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
g) em se tratando de contratação direta, prova de regularidade com a Fazenda do Estado da Bahia, ou o compromisso de sua regularização e sua efetiva realização, como condição para celebração do Contrato, nos termos do art. 65 da Lei estadual n° 14.634/2023.

8.2.1.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n° 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.1.3 Habilitação Econômico-Financeira

( ) **dispensável parcialmente** (IN SAEB Nº 10/2024), consistindo em:

( ) contratação para entrega imediata: aquisição remunerada para fornecimento de uma só vez, com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da expedição da ordem de fornecimento; (item 3, inc. I, da IN SAEB Nº 10/2024)

( ) contratação em valor inferior a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação definido no inc. II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas atualizações, observado o disposto no art. 24 da Lei nº 14.634/2023 (item 3, inc. II, “a” da IN SAEB Nº 10/2024)
( ) contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, até o valor definido no inc. III do art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas atualizações, observado o disposto no art. 24 da Lei nº 14.634/2023 (item 3, inc. II, “b” da IN SAEB Nº 10/2024)

8.2.1.3.1 Na hipótese de dispensa parcial, será exigida, para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação ou da contratação direta, caso o documento não consigne prazo de validade;

(x) **exigível**

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação ou da contratação direta, caso o documento não consigne prazo de validade;
b) índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante)
Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

b.1) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
b.1.1) Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.
b.2) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
b.3) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
b.4) O licitante apresentará o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício mediante, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação ou na Central de Balanços dentro do ambiente Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde eles foram transcritos, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial, emissão extraída do SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação.
b.5) O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante (art. 69, §1°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

8.2.1.3.1 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.
8.2.1.3.2 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais;

8.2.1.4 Qualificação Técnica

a) comprovação de capacitação **técnico-profissional**, através da apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação, limitadas estas às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. I, §§1º e 2º, da Lei Federal n° 14.133/2021). **– NÃO SE APLICA**

a.1) O vínculo profissional entre o profissional e o licitante poderá ser comprovado através de: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela execução do objeto licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado. **– NÃO SE APLICA**

a.2) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, §6º, da Lei Federal n° 14.133/2021); **– NÃO SE APLICA**

a.3) Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos. **– NÃO SE APLICA**

b) comprovação de capacitação **técnico-operacional,** mediante apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de objeto similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. II, §§1º e 2º, da Lei Federal n° 14.133/2021);
b1) na hipótese de atividade não regulada por conselho profissional, a capacitação **técnico-operacional** referida neste item poderá ser demonstrada por certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação.

b2) Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do objeto cuja subcontratação tenha sido expressamente autorizada neste TR/Habilitação, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado (art. 67, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021). **– NÃO SE APLICA**

c) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação (art. 67, inc. III, da Lei Federal n° 14.133/2021). **– NÃO SE APLICA**

c.1) Para fins desta alínea, o licitante deverá apresentar, sob as penas da lei, em especial do disposto no art. 155, inc. VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, a relação explícita e declaração formal de disponibilidade, de acordo com as especificações exigidas; **– NÃO SE APLICA**

c.2) Quando exigida a indicação de pessoal técnico, será observado o que se segue:**– NÃO SE APLICA**

c.2.1) relação do pessoal técnico indicado pelo licitante deverá estar acompanhada da demonstração de vinculação à futura execução contratual, mediante a juntada no sistema eletrônico, de quaisquer dos seguintes documentos: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assuma o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.
c.2.2) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, §6º, da Lei Federal n° 14.133/2021);
c.2.3) Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.

d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, se for o caso [indicar a lei especial e os requisitos, se for o caso] (art. 67, inc. IV, da Lei Federal n° 14.133/2021); **– NÃO SE APLICA**

e) registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente, se for o caso [indicar a entidade profissional, se for o caso]; **– NÃO SE APLICA**

e.1) No caso de empresa não registrada no respectivo Conselho no Estado da Bahia, deverá apresentar o registro do Conselho do Estado de origem, ficando o licitante vencedor obrigado a apresentar o visto do Conselho local antes da assinatura do Contrato.
e.2) No caso de Sociedades empresárias estrangeiras, o atendimento da exigência de que trata esta alínea se dará por meio da apresentação, no momento da assinatura do Contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

[DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, **SEM** EXIGÊNCIA DE VISTORIA]
f) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação (art. 67, inc. VI, da Lei Federal n° 14.133/2021).

8.2.1.4.1 Serão consideradas como parcelas de maior relevância ou valor significativo, para fins das alíneas “a”, “b” e “c” deste tópico: **- APLICA APENAS PARA ALÍNEA B**

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA **OU** VALOR SIGNIFICATIVO	QUANTITATIVO TOTAL (100%)	COMPROVAÇÃO MÍNIMA (25%)
Servidor inteligente, de videomonitoramento	04	01
Microcomputador, Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS)	04	01

8.2.1.4.1.1 Na hipótese de objeto em que não seja possível distinguir as parcelas de maior relevância ou valor

significativo (objeto homogêneo), poderá ser indicada **parcela única**, sendo considerada satisfatória a comprovação da execução de, no mínimo, 25 % (vinte cinco por cento) do(s) quantitativo(s) previsto(s) neste TR/Habilitação.
8.2.1.4.1.2 Em caso de dúvida quando à legitimidade dos atestados apresentados, o responsável pela licitação poderá solicitar ao licitante cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.1.4.2 Na hipótese de licitação por lotes, será observado o disposto a seguir:
8.2.1.4.2.1 A demonstração da qualificação técnica deverá ser feita em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que o licitante tenha apresentado as melhores ofertas.
8.2.1.4.2.2 Quando for atingido o limite da capacidade técnica do licitante, este será declarado inabilitado para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

8.2.1.4.3 No caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica (art. 67, §10, da Lei Federal nº 14.133/2021).
8.2.1.4.3.1 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
8.2.1.4.3.2 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
8.2.1.4.3.3 Na hipótese deste subitem 8.2.1.4.3, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

8.3 Disposições gerais

8.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
8.3.2 Regras acerca da participação de matriz e filial:
a) se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
b) se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;
c) a comprovação de capacidade operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou da contratação direta poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;
d) se o licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação e qualificação da matriz e desejar executar o Contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do Contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

8.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste TR/Habilitação.
8.3.3.1 Caso conste do registro algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.
8.3.3.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.
8.3.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado–CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

8.3.4 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas em consórcio, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de R$ 4.661.797,77 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e um mil setecentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos), conforme planilha de quantitativos e preços unitários e global (x) abaixo ( ) em anexo, os quais correspondem **ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global**.

LOTE 01							
ITEM	**Código SIMPAS**	**Descrição**	**Unidade de Fornecimento (UF)**	**Quantitativo**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO GLOBAL**	**DEGRAU**
1	63.50.20.00020525-7	Servidor inteligente, de videomonitoramento	UND	04	R$ 564.559,37	R$ 2.258.237,49	R$ 0,01
2	70.10.20.00020518-4	Microcomputador, Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS)	UND	04	R$ 600.890,07	R$ 2.403.560,28	R$ 0,01
				VALOR ESTIMADO TOTAL		R$ **4.661.797,77**	
VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ **4.661.797,77 (**quatro milhões, seiscentos e sessenta e um mil setecentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos)							

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e, quando elaborada a matriz de risco, a sua alocação entre contratante e contratada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes do pagamento da presente contratação correrão à conta dos recursos da dotação orçamentária, a ser indicada pela DG/SSP.

10.1.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 O prazo para assinatura do termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, do instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços – APS, será de **10 (dez) dias úteis.**
Nota: o prazo indicado neste subitem é sugestivo, podendo ser alterado em razão das peculiaridades do caso concreto.

11.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.2 A assinatura do termo de contrato ou do instrumento hábil, conforme o disposto no art. 90 da Lei Federal n° 14.133/2021, observará a disciplina constante do componente Rito Procedimental do edital.

12. ANEXOS INTEGRANTES DO TR/HABILITAÇÃO

12.1 Vinculam-se a este TR/Habilitação, independentemente de transcrição (art. 92, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021):
( ) Seção Específica do TR/Habilitação para o Sistema de Registro de Preços;
(x) Modelo para descrição auxiliar do objeto (no caso de listagem extensa)
(x) Modelo de descrição de proposta de preço e de declaração de elaboração independente de proposta;
(x) Modelos de prova de qualificação técnica:
(x) Capacidade técnico-operacional;
( ) Declaração de indicação do pessoal técnico, instalações e aparelhamento
(x) Declaração de pleno conhecimento, sem exigência de vistoria
( ) Declaração de pleno conhecimento, com exigência de vistoria
(x) Estudo Técnico Preliminar, quando cabível.
( ) Seção Específica do TR/Habilitação para Técnica e Preço

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

ANEXO I
DESCRIÇÃO AUXILIAR DO OBJETO

Este Termo de Referência descreve solução de videomonitoramento inteligente compostos por SERVIDOR INTELIGENTE DE VIDEOMONITORAMENTO e de MICROCOMPUTADOR SERVIDOR DE GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE VÍDEO (VMS), os quais fucionam integrados para processar imagens de câmeras de vídeo com *softwares* analíticos capazes de identificar pessoas e veículos, gerando alertas automáticos para a central de monitoramento a partir de listas de bloqueio (*block lists*).

Quadro 1 – Equipamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	**63.50.20.00020525-7** **SERVIDOR INTELIGENTE** de videomonitoramento capaz de centralizar, gravar, analisar e gerenciar vídeos de até 250 câmeras IP, executando analíticos de vídeo avançados como reconhecimento facial, leitura de placas de veículos e detecção de atributos, com processamento em tempo real de ao menos 160 canais em 2MP e capacidade mínima de reconhecimento simultâneo de 20 rostos por cena. A plataforma deve integrar hardware e software analítico embarcado, suportar padrões RSTP, ONVIF (Perfis S/G/T/M), interoperabilidade e integração por meio de SDK, compressão H.264/H.265, comparações faciais acima de 160 por segundo, banco de dados para ao menos 300 mil faces, armazenamento local em RAID 0/1/5/6 com no mínimo 10 discos de 20TB, segurança criptografada, proteção contra ataques, exportação de vídeos e operação via interface local e web. O equipamento deve incluir portas HDMI e USB, múltiplas interfaces Gigabit Ethernet, instalação em rack até 8U, garantia on-site de 5 anos e atualizações contínuas de *software, patches* e *firmware* durante todo o período.	UND	4
02	**70.10.20.00020518-4** **MICROCOMPUTADOR, SERVIDOR DE GERENCIAMENTO** e Administração de Vídeo (VMS) composto por *hardware* e software instalado, baseado em rede TCP/IP, compatível com câmeras IP multimarcas via ONVIF (Perfis S, G, M e T) e RTSP, licenciado para no mínimo 250 canais, com capacidade de monitoramento, gravação, pesquisa e recuperação de imagens, incluindo processamento dos dados gerados por servidor de reconhecimento facial para 250 canais. Deve suportar multi-*streaming*, gravação continua, por movimento, eventos e agendamento, além de arquitetura cliente/servidor com autenticação centralizada, alta disponibilidade com pelo menos três opções de *failover*, mapas sinóticos, *videowall* nativo, exportação de vídeos em formatos padrão e nativo com player incorporado, API/SDK para integração, operação remota, mecanismos de auditoria, alarmes, notificações SNMP, controle PTZ, criptografia de gravações, reserva de espaço em disco, gravação FIFO, replicação de configurações e gestão centralizada de múltiplos sites. O hardware deve incluir gabinete rack 19, fontes e ventiladores redundantes hot-swap, processador com arquitetura de 64 bits, 32 GB RAM, 4 interfaces Gigabit Ethernet, RAID 0/1/5, armazenamento com no mínimo 10 discos de 20TB, sistema operacional licenciado e garantia on-site de 5 anos, com atualizações, *patches* e firmware durante todo o período. On-site de 5 anos, com atualizações, patches e firmware durante todo o período.	UND	4

ITEM 1 - SERVIDOR INTELIGENTE DE VIDEOMONITORAMENTO

SERVIDOR INTELIGENTE de videomonitoramento capaz de centralizar, gravar, analisar e gerenciar vídeos de até 250 câmeras IP, devem ser fornecidos com quantidade suficiente para armazenamento dos 250 canais de vídeo para um período de 07 dias e 10% dessa quantidade de canais para 30 dias, executando analíticos de vídeo avançados como reconhecimento facial, leitura de placas de veículos e detecção de atributos, com processamento em tempo real de ao menos 160 canais em 2MP e capacidade mínima de reconhecimento simultâneo de 20 rostos por cena. A plataforma deve integrar hardware e software analítico embarcado, suportar padrões RSTP, ONVIF (Perfis S/G/T/M), interoperabilidade e integração por meio de SDK, compressão H.264/H.265, comparações faciais acima de 160 por segundo, banco de dados para ao menos 300 mil faces, armazenamento local em RAID 0/1/5/6 com no mínimo 10 discos de 20TB, segurança criptografada, proteção contra ataques, exportação de vídeos e operação via interface local e web. O equipamento deve incluir portas HDMI e USB, múltiplas interfaces Gigabit Ethernet, instalação em rack até 8U.

Equipamento que atenda às necessidades de *hardware* e *software* descritos que contemplem às funcionalidades mínimas exigidas, podendo serem de fabricantes diversos, observando apenas a perfeita integração entre *hardware* e *softwares*, podendo ser também um hardware dedicado (*appliance*), isso é, ser composto por *software* analítico embarcado de fábrica em plataforma de processamento de vídeo em rede de acordo com as especificações técnicas mínimas contidas neste.

O Servidor Inteligente de Videomonitoramento realiza a centralização, gravação, análise e gerenciamento de vídeos provenientes de câmeras IP com suporte a algoritmos de inteligência artificial (IA), incluindo reconhecimento facial, metadados de corpo, comparação de placas veiculares com leitura automática de placas veiculares (LPR), análise de comportamento e metadados de vídeo.

O equipamento deve compor *hardware* e *software* analítico para processamento em tempo real de canais de vídeo e execução de reconhecimento facial - detecção de pessoas, captura da face e comparação com banco de dados.

A equipamento deve admitir que resultados de pesquisas relativos à busca de pessoas, sejam apresentados a partir da comparação e similaridade de imagens de interesse, que tenham sido definidas ou carregadas pelo usuário para comparação, como por exemplo: o rosto de uma pessoa em específico.

Deve possibilitar a execução de todo o fluxo do processo de reconhecimento facial e comparação de placas com leitura de caracteres de placas veiculares, respeitando os limites de quantidade e resolução das câmeras, processando, no mínimo, as seguintes etapas:

·Análise do vídeo recebido pelas câmeras, executando a detecção das faces ou de placas veiculares.
·Apresentar grau de similaridade (*score*) entre 0 e 1 (ou 0 a 100%) no reconhecimento facial (*Matching*).

O equipamento deve permitir associar analíticos de vídeo às câmeras cadastradas para otimizar o uso dos canais de vídeo analíticos.

O equipamento de vídeo analítico deverá ser capaz de detectar e reconhecer, simultaneamente, múltiplos rostos presentes em uma mesma cena, com capacidade mínima de 20 rostos distintos por imagem de vídeo, mantendo processamento em tempo real em, no mínimo, 160 canais de vídeo em 2 MP ou 80 canais em 4 MP dos 250 canais disponíveis, sem degradação de desempenho.

A detecção facial deve reconhecer, além da face de uma pessoa, atributos adicionais: Idade aproximada, Uso de óculos, Uso de máscara e barba aparente.

As faces detectadas devem ser enviadas para execução das operações matemáticas/vetoriais necessárias e execução da comparação com o banco de dados de faces previamente cadastradas.

O parâmetro de acurácia utilizado na validação deve ser parametrizável.

Deve possuir capacidade de execução de, no mínimo, 160 comparações faciais com o banco de dados existente por segundo.

Deve possuir capacidade de registrar em seu banco de dados, no mínimo, 300 mil faces de interesse, utilizadas como banco de comparação.

Deve possuir função para execução de reconhecimento facial 1:1, verificando se uma foto é realmente referente a uma pessoa de interesse específica previamente cadastrada.

Deve possuir capacidade de receber, processar e identificar pessoas a partir de metadados oriundos de câmeras inteligentes com o "*crop de face*" (ou corte de face) que detecta, isola e extrair a área do rosto de uma pessoa a partir de quadros de vídeo maiores.

Deve possuir a capacidade de receber, processar e identificar pessoas a partir de metadados oriundos de múltiplas câmeras inteligentes, cadastradas no conjunto de servidores, com o "*crop de face*" (ou corte de face) organizados em arquivos de imagens tipo FIFO.

Deve permitir escolher os seguintes modos de operação associada a cada câmera cadastrada no servidor quanto a utilização de recursos de vídeo analítico disponível na câmera:

·Por meio de fluxo de vídeo (*stream* de vídeo) provenientes de câmeras IP.
·Por meio de metadados com o "*crop de face*" (ou corte de face) provenientes de câmeras IP com o recurso de vídeo analítico de borda para detecção de múltiplas faces nos quadros de imagem.

Deve permitir integrações específicas, via SDK e/ou API, na qual a interface de pesquisa do usuário poderá interagir por consultas e comparações diretamente no banco de imagens do equipamento, ou seja, o usuário definirá a imagem de interesse e a interface fará as consultas diretamente no banco de armazenamento do equipamento.

Deve possuir Interface local e web para operação e administração das configurações.

Deve ser desenvolvido para funcionamento com câmeras IP de diversos fabricantes, utilizando o padrão de mercado ONVIF, com capacidade de processamento de todo o ciclo de processamento de vídeo oriundo de solução de reconhecimento facial para no mínimo 250 canais, com resolução mínima de 2MP e 30 FPS, simultaneamente.

Deve garantir interoperabilidade com múltiplos fabricantes a partir do protocolo ONVIF - padrão S/G/T - RTSP, bem como fornecer SDK para desenvolvimento de integração com terceiros.

O fabricante do sistema de reconhecimento facial deve estar listado como membro na página da organização ONVIF (Profiles S, G, T, M)/ (https://www.onvif.org/about/member-list/), a fim de garantir a interoperabilidade dos equipamentos com diversos sistemas.

Deve garantir funcionamento de câmeras com compressão por meio de pelo menos dos protocolos H.264 e H.265.

Deve possuir funcionalidade de exportação dos vídeos em pelo menos um formato comum de indústria; AVI, MP4, WMV ou MPEG

Deve permitir que cópias de determinados períodos de imagens já gravadas em sua área de armazenamento, sejam exportadas para memórias externa (DAS, NAS, e-sata ou USB).

Deve possuir capacidade de suportar, no mínimo, 750 Mbps de fluxo de vídeo advindo das câmeras.

O equipamento deve possuir segurança criptografada para transmissão de dados, comprovada pelo fabricante.

O equipamento deve possuir tecnologia de checagem pacote de dados, disponibilizando filtros como: fonte do IP, endereço de IP do alvo, tipo do protocolo, porta do alvo e da fonte.

O fabricante deve garantir que o equipamento não seja vulnerável à ataques de rede DDoS (ataque de negação de serviço distribuída) e *Phishing* (ataques de mensagens suspeitas).

Deve possuir a capacidade de executar, em vídeos gravados por câmeras que não estão conectadas em seu sistema, analítico de reconhecimento facial.

Deve possuir capacidade de processar, no mínimo, 5 vídeos simultaneamente.

Deve possuir capacidade de gerenciar as câmeras, fazendo também a gravação do seu fluxo de vídeo quando definido.

Deve possuir os seguintes métodos de integração:

·Tipos de consultas: deve prover API HTTP para consultas variadas por meio de metadados e mídia.
·Consultas que retornam grandes volumes de dados devem suportar paginação (*limit/offset*).
·Deve suportar filtros robustos por faixa de tempo, localização e atributos semânticos dos eventos.
·Deve permitir a gestão completa das câmeras (inserção, remoção e atualizações).
·Deve suportar os modos *single* e *batch* (para sincronizações massivas).
·Nas Notificações em Tempo Real (Via *Webhook*) deve permitir o envio de notificações em tempo real (*push*) para alertas e detecções, eliminando *polling*.
·Os eventos devem ser em formato *“key=value”*.

O equipamento deve ser fornecido com capacidade de armazenamento local para gravação dos vídeos referentes aos alertas de passagem de pessoas que possuírem reconhecimento validado pelo analítico de reconhecimento facial;

O armazenamento interno deve possuir controladora capaz de suportar RAID 0,1, 5, deve suportar no mínimo 24 discos, padrão *enterprise*, com capacidade mínima de 20TB cada em *hot swap*;

Deve ser fornecido com, no mínimo, 10 discos de 20TB cada, padrão *enterprise*, em arranjo de RAID5;

O *hardware* responsável pelo processamento do software de reconhecimento facial deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

·Processador padrão 64bit, *multi-core*;
·Possuir, no mínimo, 4 portas de rede padrão *Gigabit Ethernet*, possibilitando que sejam trabalhadas de modo independente ou agrupado, garantindo que seja possível uma segregação física dos dados de entrada/saída;
·Possuir, no mínimo, 1 porta HDMI para visualização e configuração do sistema;
·Deve possuir, no mínimo, 4 portas USB, sendo ao menos duas no padrão 3.0;
·Fonte bivolt, suportando alimentação 127V e/ou 220V;
·Deve possuir formato compatível para instalação em *Rack* 19", fornecido com trilhos para fixação, sendo o conjunto completo disposto em, no máximo, 8U;
·Deve possuir capacidade de operação em temperaturas entre 0 °C a +45 °C.

Garantia de total de 05 anos on-site, disponibilizada pelo fabricante do servidor ou *appliance*, devendo ser comprovado esta garantia com prazo e informando os dados da empresa autorizada para a prestação dos serviços em garantia.

A Contratada deve garantir, durante todo o período de garantia do equipamento, mínimo de 05 (cinco) anos a contar do aceite definitivo, o fornecimento contínuo e gratuito de atualizações de *software*, *patches* de segurança, correções de vulnerabilidades, melhorias funcionais e novas versões de *firmware*, disponibilizadas oficialmente pelo fabricante do equipamento e dos *softwares* associados.

ITEM 2 – MICROCOMPUTADOR, SERVIDOR DE GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE VÍDEO (VMS)
Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS) composto por hardware e software instalado, baseado em rede TCP/IP, compatível com câmeras IP multimarcas via ONVIF (Perfis S, G, M e T) e RTSP, com capacidade de processar todos os canais e ciclos de reconhecimento facial gerados pelo Servidor Inteligente de Videomonitoramento, licenciado para no mínimo 250 canais de Reconhecimento Facial, Leitura de Placa de Veículos e detecção de atributos, com capacidade de monitoramento, gravação, pesquisa e recuperação de imagens, incluindo processamento dos dados gerados por servidor inteligente de videomonitoramento.

Equipamento que atenda às necessidades de *hardware* e *software* descritos que contemplem às funcionalidades mínimas exigidas, podendo serem de fabricantes diversos, observando apenas a perfeita integração entre *hardware* e *softwares*, podendo ser também um *hardware* dedicado (*appliance*), isso é, ser composto por software de gerenciamento de vídeo embarcado de fábrica em plataforma de processamento de vídeo em rede de acordo com as especificações técnicas mínimas contidas neste.

As especificações descritas nesta seção devem ser interpretadas como mínimas para atendimento dos requisitos da plataforma de gerenciamento de vídeos.

O equipamento deve compor *hardware* e software do tipo VMS (*Video Management System*) e deverá ser baseada em redes TCP/IP, com capacidade de monitoramento, gravação e controle de fluxos de vídeo oriundos de câmeras IP ou analógicas conectadas via codificadores, permitindo a visualização em tempo real, gravação, pesquisa e recuperação seletiva das imagens.

Deve ser desenvolvido para funcionamento com câmeras IP de diversos fabricantes, utilizando o padrão de mercado ONVIF, com capacidade de processamento de todo o ciclo de reconhecimento facial para no mínimo 250 canais, com resolução mínima de 2MP e 30 FPS, simultaneamente.

Deve garantir interoperabilidade com múltiplos fabricantes a partir do protocolo ONVIF - padrão S/G/T - RTSP, bem como fornecer SDK para desenvolvimento de integração com terceiros.

O fabricante do sistema de reconhecimento facial deve estar listado como membro na página da organização ONVIF (Profiles S, G, T, M)/ (https://www.onvif.org/about/member-list/), a fim de garantir a interoperabilidade dos equipamentos com diversos sistemas.

O equipamento deve estar licenciado para no mínimo 250 canais de vídeo.

O equipamento deve ter a capacidade de gravação de pelo menos 700 Mbps de vídeo por servidor

A interface do sistema deverá ser gráfica, responsiva e intuitiva, compatível com ambiente *Windows*, contendo visualização em mosaico, árvore de dispositivos, janelas auxiliares e operações por menu de contexto.

O sistema deverá suportar comunicação com dispositivos e serviços em redes IPv4 e IPv6, utilizando protocolos TCP/IP e UDP (*Unicast* e *Multicast*).

Deverá suportar operações simultâneas de gravação, reprodução, configuração, monitoramento, pesquisa de eventos, imagens e status, com múltiplas tarefas em paralelo.

O equipamento deverá suportar *multi-streaming* por câmera, permitindo designação independente de no mínimo 03 (três) fluxo de vídeo diferentes para gravação, visualização e detecção de movimento, inclusive com resoluções distintas.

Deverá permitir o uso de qualquer resolução de imagem e taxa de quadros por segundo (FPS) suportada pela câmera.

Deverá suportar gravação contínua, por movimento, agendamento ou eventos, com múltiplas configurações de resolução, taxa de *frames* e *bitrate* por câmera, sem impactar os demais canais.

O sistema deverá suportar o acionamento de comandos ou macros diretamente na interface do operador.

Deverá possuir mecanismos de controle de acesso por IP, permitindo restrição a endereços autorizados.

A arquitetura do equipamento deverá ser baseada no modelo cliente/servidor, onde um ou mais servidores centrais são responsáveis pelo processamento, armazenamento e gerenciamento das informações, e os clientes (estações operacionais ou serviços integrados) se comunicam com os servidores por meio de conexões de rede, utilizando protocolos seguros e eficientes.

A base de dados de usuários deverá ser compartilhada e acessível por todos os servidores d, garantindo consistência nas autenticações, autorizações e permissões de acesso em qualquer ponto da arquitetura. A replicação e sincronização devem ocorrer de forma automática e transparente.

O sistema deverá permitir a distribuição automática e em tempo real de atualizações de configurações para todos os clientes operadores conectados, sem necessidade de intervenção manual ou reinicialização dos módulos. As alterações realizadas em algum servidor de configuração devem ser refletidas imediatamente nas estações de operação.

Deverá ser compatível com dispositivos que atendam ao padrão ONVIF Profiles S, G, M e T, e ao protocolo RTSP, bem como com codificadores de vídeo analógico via ONVIF ou RTSP.

O envio de e-mails via SMTP deverá suportar autenticação com SSL/TLS.

A interface do sistema deverá apresentar representação hierárquica de todos os dispositivos e serviços cadastrados, com indicadores de status em tempo real.

O sistema deverá ser capaz de fornecer um servidor RTSP integrado para transmissão de vídeo em porta configurável, com suporte a transmissão via TCP ou UDP, e que suporta os formatos H.264, H.265, MPEG4 e MJPEG, integrável com aplicações de terceiros.

Deverá possuir funcionalidade para backup e restauração das configurações da aplicação.

Deverá permitir a configuração em lote de câmeras por meio da replicação de parâmetros, inclusive para redes com grande volume de dispositivos.

Deverá incluir funcionalidades de marcação de eventos (bookmarks), mapas interativos (sinópticos), criação de mosaicos personalizados e visualização simultânea de múltiplas fontes.

Deverá emitir alertas de falha de gravação e permitir envio automatizado de relatórios personalizados, contendo informações como status das gravações e informações de dias gravados.

O equipamento deverá ser compatível com autenticação via LDAP e integração com *Active Directory*, permitindo *login* unificado e gerenciamento centralizado de usuários e permissões.

O sistema deverá permitir a criação e gestão de grupos de usuários com diferentes perfis de acesso, incluindo restrições por funcionalidade, visualização de dispositivos e operações permitidas.

A interface deverá aplicar restrições com base nas credenciais de *login*, impedindo ações não autorizadas, como desligamento do cliente, minimização da interface ou acesso a botões ou comandos sensíveis.

Deverá permitir a geração de grupos de alerta, em que notificações de eventos sejam direcionadas apenas aos ambientes de trabalho que perfis habilitados nas regras de usuários ou estações de trabalho específicas possam visualizar.

O equipamento deverá suportar, de forma nativa, ao menos três opções de *failover* para alta disponibilidade, garantindo continuidade dos serviços em caso de falhas nos servidores principais:

·*Cluster* de *failover* nativo, com redistribuição automática das funções do servidor;
·*Failover* ponto a ponto (1:1) entre servidores dedicados à redundância;

·*Failover* via ambientes virtualizados, por meio de clusters em plataformas de virtualização.

O mecanismo de *failover* nativo deverá executar comutação automática completa em caso de falha de um nó da infraestrutura, assumindo integralmente o controle das câmeras, configurações e objetos, sem necessidade de intervenção manual, reconfiguração ou licenciamento adicional, com tempo de recuperação inferior a 5 minutos.

O equipamento deverá disponibilizar aplicativo móvel (*Android* e iOS) com possibilidade de acesso seguro via HTTPS para visualização das câmeras em tempo real e gravações, controle PTZ, visualização de eventos, com acesso fácil através do vídeo associado ao evento.

O equipamento deverá permitir arquitetura centralizada, permitindo o monitoramento unificado de múltiplos locais remotos a partir de uma interface centralizada, com visualização em tempo real de câmeras e dispositivos locais e remotos, bem como reprodução de gravações armazenadas nos servidores distribuídos.

Deverá permitir administração remota integral dos recursos, incluindo gestão centralizada de perfis e controle de permissões de acesso, a partir de uma autenticação unificada, sem a necessidade de intervenção física nos locais monitorados.

O equipamento deverá suportar o recebimento de eventos de alarme, sincronização de configurações e atualizações entre unidades remotas e a central de segurança integrada.

O sistema deverá suportar transmissão de vídeo sob demanda para câmeras de sites remotos, de forma que o consumo de banda de rede ocorra exclusivamente durante o acesso ao vídeo ao vivo ou gravado a partir da central de monitoramento. As demais câmeras do mesmo site remoto deverão permanecer acessíveis e disponíveis para conexão, porém sem gerar tráfego de vídeo contínuo, garantindo otimização do uso de largura de banda.

O sistema deverá incluir interface web compatível com HTML5, acessível via navegador, com possibilidade de conexão HTTPS, oferecendo funcionalidades de visualização de vídeo ao vivo, vídeos arquivados, controle PTZ, acesso a eventos e aos vídeos associados com um único clique, e mapas configurados no sistema.

O equipamento deverá oferecer ferramentas de exportação de vídeo com suporte aos formatos ASF, AVI ou formato nativo proprietário, bem como imagens em JPEG, PNG ou BMP, a partir de gravações ou transmissões ao vivo.

Deverá ser possível exportar vídeos com áudio sincronizado e, no caso do formato nativo, os arquivos deverão:

Ser executáveis em qualquer estação sem necessidade de instalação do VMS, por meio de player nativo incorporado;
Permitir a inclusão de marca d’água personalizada e proteção por senha;
Suportar a fusão de gravações de múltiplas câmeras em um único arquivo, com exibição simultânea via *layout* no *player* nativo.

O equipamento deverá suportar captura, gravação e reprodução de áudio unidirecional e bidirecional (*full* duplex) de dispositivos IP compatíveis, com suporte aos codecs G.711, AAC e MP2L2.

Deverá possuir buffer de áudio ao vivo para compensação de latência de rede entre áudio e vídeo.

Deverá suportar áudio bidirecional ou unidirecional sincronizado com vídeo, ao vivo ou gravado.

O equipamento deve ter a capacidade de ser configurado para gravar continuamente, detecção de movimento ou alarme e manual ou somente manual.

O equipamento deve ter a capacidade de gravar em uma taxa de frame quando não há movimento, e em seguida, gravar em outra taxa de frames quando há movimento.

O sistema deverá permitir criação de múltiplas regiões de detecção de movimento por câmera, com configuração de sensibilidade para contraste e tamanho de objeto e ações específicas por região.

O equipamento deverá oferecer atalho para ativar/desativar a detecção de movimento por câmera com um clique.

O sistema deverá permitir a configuração de áreas de trabalho personalizadas, com suporte a múltiplos monitores, formulários HTML5 e diferentes layouts com troca entre perfis.

O equipamento deverá suportar funcionalidades completas de controle PTZ (Pan, Tilt, Zoom, Foco, Íris, velocidade de PTZ), tanto digital quanto mecânico, incluindo:

Controle por *mouse, joystick* ou interface gráfica;

Configuração de *presets, tours* e prioridades de controle por perfil de usuário;

Notificação automática ao operador em caso de tomada de controle por outro operador com maior prioridade;

Controle via SDK ou API integrada;

O equipamento deverá incluir recursos de registro e monitoramento de eventos em tempo real, com possibilidade de filtragem, auditoria e geração de relatórios automatizados ou sob demanda.

Deverá fornecer uma opção para criar agendamentos para programar eventos ou reações do sistema.

Deverá ter a capacidade de chamar aplicativos externos de dentro de sua interface.

Deverá permitir controle de armazenamento e tamanho dos arquivos de log do sistema.

Deverá suportar atribuição de coordenadas geográficas a cada câmera e nomenclatura personalizada de dispositivos do sistema.

O equipamento deverá oferecer módulo de mapas sinóticos multicamadas com suporte a zoom, filtros por tipo de dispositivo, ocultação de nomes e atalhos entre camadas.

O Módulo de mapa deve ser capaz de exibir e permitir o controle de todas as câmeras do sistema e indicar visualmente o status dos dispositivos.

O módulo de mapa deve ser capaz de classificar as câmeras por atributos espaciais de endereço, cidade, polígonos de interesse, tipo de câmera, propriedade, entre outros atributos definidos pelo administrador em formulário dinâmico.

O equipamento deverá ser capaz de arquivamento de vídeo para backup e retenção redundante de longo prazo para um conjunto especificado de câmeras, com suporte à gravação contínua, por agendamento e por demanda, incluindo:

Definição de FPS diferente do fluxo de gravação local;

Definição de período máximo de retenção;

Execução distribuída em múltiplos servidores;

Nível de redundância configurável, podendo ser executado em vários servidores simultaneamente;

O sistema deverá oferecer mecanismos de pesquisa avançada de eventos, gravações e alarmes, com suporte a:

Filtros por dispositivo, data e tipo de evento, região da imagem e área de interesse;

Navegação com linha do tempo com zoom interativo e destaque de gravações por detecção de movimento;

Calendário integrado para seleção de datas com gravações disponíveis;

Reprodução com velocidade variável, quadro a quadro e reversa até 32x;

O equipamento deverá fornecer a capacidade de reproduzir o arquivo de vídeo correspondente a um evento.

O equipamento deverá ser compatível com o Windows 11 Professional, Windows Server 2022 e versão 12 do sistema operacional Linux.

O sistema deverá ser capaz de aplicar marca d’água obrigatória durante a visualização de evidências, contendo nome do usuário, nome do computador ou ambos, com possibilidade de inclusão de comentários.

O equipamento deverá permitir o envio de alertas e incidentes detectados no equipamento para aplicações de terceiros para o gerenciamento de alertas e emergências.

Deverá permitir a emissão de formulário de emergência contendo as seguintes informações: endereço do incidente, hora, tipo e comentários.

Deverá possuir a capacidade de criar marcadores com meta-texto exclusivo a partir de uma visualização de câmera ao vivo. Marcadores poderão ser postos no tempo ou intervalo de data / hora.

O equipamento deverá permitir alternância entre modos operacionais da matriz de vídeo, como, por exemplo:

·Modo ativo, onde a matriz virtual atuará como um monitor pontual para visualizar vídeo de outras matrizes ou de ícones de câmera em um mapa;
·Modo somente visualização (sem controles de interface);

O sistema deverá permitir backup completo das configurações em arquivo único (XML, JSON ou SQL).

Deverá possibilitar operação em ambientes com múltiplos servidores e múltiplos sites, com exibição unificada ao operador.

Deverá suportar recuperação de falhas via gravação de borda (câmeras com cartão SD), preenchendo lacunas na gravação local.

Deverá suportar entradas e/ou saídas (I/O) de dispositivos IP suportados, sem licenciamento adicional.

O equipamento não deverá exigir a presença de um servidor dedicado exclusivo para administração centralizada, devendo permitir que alterações de configuração sejam executadas a partir de qualquer nó da infraestrutura distribuída ou estação cliente autorizada, garantindo flexibilidade operacional, segurança e continuidade dos serviços, sem restrições funcionais.

Caso haja mais de um servidor ativo, eles deverão ter a capacidade de trabalhar em conjunto com servidores em diferentes sites, de modo que vários sites apareçam para o usuário como um único sistema. Os usuários deverão ter a capacidade de alternar entre os sites sem precisar alterar endereços de IP, configurações ou repetir o processo de *login*.

Deverá possibilitar gerar informações de suporte do software, tais como registros do sistema (*logs*), informações do banco de dados e outros relatórios sem a necessidade de encerrar o aplicativo.

Deverá possuir compatibilidade com os principais fabricantes de câmeras IP do mercado, com integração via API.

Deverá dispor de opções de configuração para tempo de armazenamento (mínimo e máximo) de vídeo, por câmera.

Deverá possuir a capacidade de gravar trechos adicionais de vídeo, com duração configurável, de pré alarme e pós alarme.

Deverá ter a capacidade de gerenciar o armazenamento do disco rígido, mantendo uma reserva de espaço livre. O espaço mínimo de risco rígido que permanecerá desocupado poderá ser configurado pelo usuário que tiver direito para tal.

Deverá reproduzir vídeos pré-gravados, em formato AVI ou nativo, dentro da matriz de vídeo do sistema.

Deverá permitir a utilização de dispositivos de armazenamento (*storage*) não proprietários, independentemente de sua capacidade.

Deverá permitir configurar, em uma única interface gráfica de usuário, ilimitada quantidade de servidores, estações de operação, câmeras e contas de usuário, sem cobrança de licença por cliente (estações de operação), por cliente mobile, tampouco por cliente web.

Deverá suportar uma solução nativa de *videowall*.

Deverá suportar envio automatizado de notificações via protocolo SNMP, incluindo falhas de câmera, detecção de obstrução (cegueira) e perda de conectividade com servidores, permitindo a comunicação proativa do status operacional para estações ou sistemas previamente definidos.

O sistema deverá permitir geração de notificações em tempo real para sistemas de terceiros, incluindo alarmes audíveis, envio por e-mail, SMS, chamadas telefônicas e integração via SNMP, HTTP e scripts personalizados.

O equipamento deve ser altamente escalável e modular no nível de software corporativo. O sistema deve ter uma arquitetura aberta, suportando integração com aplicações nativas de terceiros.

O equipamento deverá disponibilizar APIs RESTful e SDKs compatíveis com qualquer linguagem de programação, permitindo controle PTZ, listagem de câmeras, acesso a URLs RTSP (em tempo real e gravados), exportação de vídeos (início e cancelamento), obtenção de *presets* e *tours*, envio e recebimento bidirecional de eventos em tempo real, além de permitir integração via eventos HTTP com sistemas externos, incluindo o recebimento e interpretação de parâmetros das solicitações recebidas, reutilização em automações e envio de requisições HTTP GET/POST com parâmetros configuráveis.

O equipamento deve providenciar um Ponto de Integração Universal, via API, com a finalidade de proporcionar acesso a aplicativos externos dos sistemas de Mapas e Visualização de Eventos e permitir configurar as reações do sistema com base em eventos externos do sistema permitindo que o sistema envie comandos para uma aplicação externa.

A API deve permitir a representação do sistema de hierarquia de terceiros e hierarquia de objetos na configuração de sistema.

A API deve permitir o acesso as reações correspondentes aos objetos do sistema. A solução deve apoiar a integração através de uma porta de evento HTTP.

A porta HTTP deve receber informações de um sistema externo. A porta HTTP deve extrair parâmetros de solicitações HTTP recebidas e disponibilizá-los para uso posterior via VMS.

Um sistema externo pode enviar solicitações HTTP GET de uma porta especifica e transmitir qualquer parâmetro solicitado.

Qualquer linguagem de programação pode ser usada para trabalhar com o sistema de API/SDKs.

O equipamento deve ser capaz de adicionar câmeras em lote, inserindo uma sequência de câmeras com atribuição de endereço IP automático (para configurar rapidamente sistemas de grande porte).

O equipamento deve ter a capacidade de criptografar automaticamente os vídeos gravados em formato próprio, evitando fraude nos vídeos gravados.

O equipamento deve suportar o modo de gravação FIFO (*First-In-First-Out*), com reescrita automática dos vídeos mais antigos.

O equipamento deve ter a capacidade de manter espaço livre no disco rígido.

Formatos padrão de arquivos gráficos podem ser usados para mapas.

O equipamento deve suportar múltiplos clientes e administradores conforme necessário.

Referente ao hardware para processamento do sistema de gerenciamento de vídeo, o proponente é responsável pelo fornecimento de todo o hardware necessário para processamento dos 250 canais de vídeo que podem ser conectados à plataforma.

Caraterísticas mínimas do *hardware* de processamento:

·Gabinete tipo rack padrão 19 polegadas com trilhos e quaisquer outros componentes necessários para instalação em rack ofertados como padrão do produto.
·O servidor deve possuir fontes redundantes *hotplug* ou *hot-swap*.
·O servidor deve possuir ventiladores redundantes hot-plug ou hot-swap.
·O servidor deve possuir pelo menos 01 processador com 8 núcleos, 16 threads, frequência base do processador de 2.10 GHz, cache de, no mínimo 12MB, originalmente desenvolvido para servidores.
·O servidor possui chipset desenvolvido para arquitetura de servidores, sendo ele do fabricante do processador.
·Deverão ser fornecidos no mínimo 32GB de memória RAM em unidades de 16GB.
·Deverá possuir pelo menos 01 (uma) porta USB 2.0 ou superior e pelo menos 1 (uma) portas USB 3.0
·Deve possuir pelo menos 04 (quatro) interfaces de rede Gigabit Ethernet
·Deve possuir pelo menos 01 (uma) controladora para controle dos discos rígidos.
·Deverá possibilitar a implementação dos níveis de RAID 0/1/5/6/10/50/60.
·Deve ser fornecido com quantidade suficiente para armazenamento dos 250 canais de vídeo para um período de 7 dias e 10% dessa quantidade de canais para 30 dias.
·Para dimensionamento devem ser utilizados os seguintes parâmetros: resolução Full HD (1080p), 15 fps, compressão H.265.
·O servidor deve possuir fontes redundantes.
·Deve ser fornecido com sistema operacional adequado ao funcionamento do equipamento, totalmente licenciado.

Garantia de total de 05 anos *on-site*, disponibilizada pelo fabricante do servidor ou *appliance*, devendo ser comprovado esta garantia com prazo e informando os dados da empresa autorizada para a prestação dos serviços em garantia.

A Contratada deve garantir, durante todo o período de garantia do equipamento, mínimo de 05 (cinco) anos a contar do aceite definitivo, o fornecimento contínuo e gratuito de atualizações de software, patches de segurança, correções de vulnerabilidades, melhorias funcionais e novas versões de *firmware*, disponibilizadas oficialmente pelo fabricante do equipamento e dos softwares associados.

INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

O Servidor Inteligente de Videomonitoramento e o Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS) deve funcionar de forma integrada para gerenciar e aplicar algoritmos de vídeo analítico e gestão dos vídeos para visualização, armazenamento e tratamento dos alertas de identificação de pessoas e de identificação de veículos contidos em listas de interesse policial (*watchlist*).

Instalação física, lógica e funcional dos Servidores Inteligentes de Videomonitoramento e dos Servidores de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS), incluindo fornecimento de materiais, montagem em rack, conexões elétricas e de rede, instalação e configuração de softwares, integração com câmeras IP acessadas pela internet, configuração de armazenamento, monitoramento e gerenciamento.

Os serviços deverão ser executados exclusivamente nas dependências do datacenter da SSP-BA, observando as normas internas de segurança física, lógica e operacional do ambiente crítico.

A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários à completa instalação, incluindo, no mínimo: trilhos deslizantes compatíveis com rack padrão 19"; cabos de energia elétrica padrão datacenter; cabos de rede utp categoria adequada e/ou cabos de fibra óptica, conforme projeto; conectores, patch cords e organizadores de cabos; tomadas e réguas de energia (pdu) compatíveis com rack; parafusos, porcas gaiola e demais acessórios de fixação; etiquetas de identificação lógica e física de equipamentos e portas; demais insumos necessários para perfeita instalação e organização do ambiente.

Conexões Elétricas: conexão dos servidores às pdus do rack; configuração de fontes redundantes, quando existentes; verificação de aterramento e conformidade elétrica; Testes de energização e estabilidade elétrica dos equipamentos.

Conexões de Rede: conexão física dos servidores aos switches do datacenter; configuração de interfaces de rede (nics), vlans e endereçamento ip (ipv4 e ipv6); configuração de rotas, gateways e parâmetros de comunicação; testes de conectividade, latência e throughp*ut*.
Instalação e Configuração de *Softwares*: Instalação do sistema operacional devidamente licenciado; Instalação do software VMS e dos módulos de analíticos de vídeo; Aplicação de patches, atualizações e *hardening* básico; Configuração de serviços, usuários, perfis e permissões; Integração com serviços de diretório (LDAP/Active *Directory*), quando aplicável.
Integração com Câmeras IP: Integração com câmeras IP acessadas via internet; Configuração de protocolos ONVIF e RTSP; Cadastro e organização lógica das câmeras no VMS; Testes de visualização ao vivo, gravação e reprodução; Configuração de múltiplos fluxos de vídeo (multi-stream).

Configuração de Armazenamento: configuração das controladoras de disco; implementação dos níveis de raid definidos no projeto; dimensionamento e configuração de volumes de armazenamento; definição de políticas de retenção de imagens; testes de gravação contínua, por evento e por demanda.

Monitoramento e Gerenciamento: monitoramento dos servidores e serviços por meio de snmp; geração de alertas para falhas de hardware, software, rede e gravação; integração com ferramentas de monitoramento existentes no datacenter; verificação de logs, auditoria e funcionamento em regime 24x7.

CONFIGURAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Os serviços de configuração e integração compreendem as seguintes atividades relacionadas a seguir.

Disponibilizar os vídeos coletados pelas câmeras cadastradas no Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS) para Servidor Inteligente de Videomonitoramento (SIV) em tempo real, para verificação de identificação das faces nos vídeos e placas veiculares com as bases criadas.

Configurar para que quando ocorrer um reconhecimento de uma face ou placa por parte do Servidor Inteligente de Videomonitoramento (SIV), o sistema deve enviar alerta por meio de API imediato para a Plataforma Integradora da SSP-BA.

Configurar o Servidor Inteligente de Videomonitoramento para que no cadastro de pessoa seja possível informar listas às quais a face está associada, como por exemplo “Pessoas desaparecidas” ou “Base Nacional de Mandados de Prisão”.

Configurar o Servidor Inteligente de Videomonitoramento para atualizar a base de faces a partir de integrações com frequência diária ou semanal;

Configurar para disponibilizar tela para exibição dos alertas apresentando imagem da base de faces, imagem da face capturada pela câmera, imagem do cenário completo para compreensão da cena, câmera com seus metadados, dados biográficos da pessoa, ou atributos customizados (conforme necessidade do contratante) que atende ao parâmetro mínimo de acurácia de detecção e informações associadas em bases de dados integradas e no caso de mandado de prisão as informações relacionadas a este.

Configurar os equipamentos para ao alertar um veículo com seus dados cadastrais, o equipamento registre a câmera, data e hora, foto do veículo com enquadrando a placa, dados do proprietário, quando disponível na integração ou atributos customizados.

Configurar para visualização em tela das imagens capturadas dos veículos com vínculos em ocorrências delituosas, contendo dados de cadastros do veículo e proprietário ou atributos customizados, com os respectivos dados da ocorrência.

Configurar os equipamentos para que o analítico de reconhecimento de placas. O equipamento deverá integrar com banco de dados *SQL (MySQL/ PostgreSQL/SQL Server)*.

Configurar os equipamentos para que o analítico de reconhecimento facial integre com *object storage*, banco de

dados (*MySQL/ PostgreSQL/SQL Server), webserver* e/ou *ftp server*.

Configurar os equipamentos para que os eventos de deteção (alertas) devem ser integrados com a plataforma de missão crítica da SSP-BA via *webhooks* ou com protocolo de mensageria (AMQP/MQTT).

Deve ser disponibilizado API Rest, com documentação em conformidade com a especificação da OpenAPI, a ser utilizado por ferramentas de visualização de dados (métricas de detecção/eventos por câmera, por exemplo).

DOCUMENTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E DAS CONFIGURAÇÃO

Todos os dados disponíveis para integração devem possuir descrição detalhada de seus campos (dicionário de dados).

Apresentar relatório de validação dos testes de integração com as fontes de dados citadas na infraestrutura da Contratante

Apresentar relatório técnico de instalação e configuração;

Entregar documentação "*as built*", incluindo topologia, endereçamento e parâmetros configurados;

TESTES e ACEITE DOS SERVIDORES

Ao final da instalação, a contratada deverá:

Executar testes funcionais completos nos equipamentos;
Comprovar a integração entre servidores, VMS, armazenamento e câmeras;
Obter o aceite técnico formal da SSP-BA.

Os testes deverão contemplar *hardware, software*, serviços, integração e operação assistida.

Acompanhamento por Comissão Técnica designada pela Administração.

A Comissão técnica vai definir: cenários de teste; métricas objetivas de aceitação; cronograma e responsáveis; quantitativo mínimo de câmeras e canais de vídeo instalados; quais integrações obrigatórias com as bases de dados de teste (faces, placas, listas de interesse).

Tópicos obrigatórios para testes e verificações para aceite dos servidores instalados:
Conformidade do *Hardware* e instalação: Verificação física e lógica dos servidores com a conferência de processadores, memória RAM, interfaces de rede, fontes e ventiladores redundantes, controladoras e níveis de RAID, Conexões elétricas e de rede, Instalação do sistema operacional licenciado, inicialização e estabilidade dos serviços.

Instalação e Configuração dos Softwares: Instalação do VMS e dos módulos de analíticos; Aplicação de patches, atualizações e *hardening* básico; Criação de usuários, perfis e permissões; Integração com *LDAP/Active Directory*, quando aplicável.

Capacidade de Processamento de Vídeo: processamento simultâneo do número mínimo de canais exigidos; operação com resoluções, FPS e *codecs* definidos; avaliação de consumo de cpu, memória, rede e i/o sob carga; testes de gravação contínua, por evento e por demanda.

Gerenciamento e Gravação de Vídeo (VMS): cadastro e organização lógica das câmeras; gravação em múltiplos modos; reprodução simultânea de múltiplos *streams*; pesquisa por data, hora, câmera e eventos.

Integração com Câmeras IP: integração via ONVIF e RTSP; detecção automática de dispositivos. testes com câmeras de diferentes fabricantes; validação de *multi-stream* por câmera.

Analíticos de Vídeo: execução dos analíticos ofertados, reconhecimento facial; leitura automática de placas (LPR); detecção de atributos e eventos; geração de alertas em tempo real. apresentação de score de similaridade. associação de metadados aos eventos.

Integração Sistêmica: envio de alertas via API para a plataforma integradora; integração via *Webhooks* ou mensageria (AMQP/MQTT); Atualização automática das bases de faces e placas; Disponibilização de *APIs REST* documentadas (*OpenAPI*).

Armazenamento e retenção: implementação dos níveis de RAID previstos; comprovação da retenção mínima exigida; testes de escrita e leitura sob carga. Política FIFO e proteção contra perda de dados.

Monitoramento e gestão da infraestrutura: configuração de monitoramento via SNMP; geração de alertas de falhas de *hardware, software*, rede e gravação; verificação de *logs* e trilhas de auditoria; Operação em regime 24x7.

Segurança da Informação e LGPD: controle de acesso por perfis; autenticação e autorização; Registro de logs de

acesso e operações; Proteção de dados pessoais e biométricos, em conformidade com a LGPD.

Alta Disponibilidade e Continuidade: demonstração dos mecanismos de *failover* ofertados;

Simulação de falha de servidor; verificação do tempo de recuperação; continuidade da gravação e do acesso às imagens.

Operação, usabilidade e administração: gestão centralizada da solução; interface operacional e experiência do usuário; configuração de regras, alarmes e relatórios; administração remota completa.

Exportação e cadeia de custódia: exportação de vídeos e imagens nos formatos exigidos; Inclusão de marca d'água, data/hora e identificação do operador; verificação da integridade e autenticidade das evidências; reprodutibilidade dos arquivos exportados.

Documentação Técnica: entrega de manuais e guias; documentação "as *built*" (topologia, endereçamento e parâmetros); relatório técnico de aceite com evidências dos testes; certificados de treinamentos dos administradores da solução.

Os servidores serão considerados apta à aceitação quando: Todos os requisitos obrigatórios forem atendidos; não houver falhas críticas de desempenho, segurança ou interoperabilidade; os testes forem executados com sucesso e devidamente documentados; a Comissão Técnica emitir parecer conclusivo favorável.

PROVA DE CONCEITO
Objetivos da Prova de Conceito:

Comprovar que os servidores ofertados atendem integralmente às especificações técnicas do edital;
Validar funcionalidades, desempenho, escalabilidade, confiabilidade e interoperabilidade;
Mitigar riscos de contratação de solução incompatível ou subdimensionada;
Subsidiar a decisão administrativa de homologação, conforme os princípios da eficiência, economicidade e julgamento objetivo (Lei nº 14.133/2021).

Escopo Geral da Prova de Conceito:
A PoC deverá ser realizada em ambiente controlado, podendo ocorrer: no datacenter da SSP-BA; ou em ambiente de testes disponibilizado pela licitante, desde que reproduza fielmente o cenário operacional exigido.

O acompanhamento da Prova de Conceito será realizado por Comissão Técnica designada pela Administração.

A PoC deverá resultar em: ata de realização da Prova de Conceito; relatório técnico circunstanciado; parecer conclusivo da comissão técnica; subsídio formal para a homologação da contratação.
O não atendimento de qualquer requisito essencial implicará **inabilitação da proposta**, conforme a Lei nº 14.133/2021.

No quadro a seguir estão relacionados os tópicos de verificação da Prova de Conceito para homologação da solução:

ID	Categoria	Item de Verificação	Descrição do Teste / Evidência Esperada	Forma de Verificação	Atendimento (Sim/Não)	Observações da Comissão
1	*Hardware*	Identificação do servidor	Modelo, fabricante e *part number* conforme proposta	Verificação de *Datasheet*		
2	*Hardware*	Processador, Memória, Interfaces, Fontes	Quantidade de CPUs, núcleos, threads e frequência, Capacidade instalada e expansibilidade, Quantidade e tipo de portas, Fontes hot-swap operacionais	BIOS / SO / inspeção física		
3	Instalação	Sistema Operacional	SO licenciado e compatível	Tela do sistema		
4	Desempenho	Canais simultâneos de vídeos	Processamento mínimo exigido	Teste sob carga		

5	VMS	Cadastro de câmeras	Inclusão e organização de câmeras IP	Interface VMS com a funcionalidade		
6	VMS	Cadastro de atributos da câmera	Inclusão de coordenadas, endereço, dados do proprietário, entre outros	Interface VMS com a funcionalidade		
7	VMS	Visualização de câmeras	Visualização de câmera por filtro de atributo e por meio de mapas	Interface VMS com a funcionalidade		
8	VMS	Alertas de reconhecimento facial e LPR	Visualização, pesquisa e tratamento de alerta em tela	Interface VMS com a funcionalidade		
9	Integração	ONVIF	Compatibilidade ONVIF S/G/T/M	Teste prático		
10	Integração	*Webhooks*/API	Envio de alertas via *Webhook* e consultas via API	Teste prático		
11	Integração	Com Servidor de vídeo inteligente	Envio de comandos ao servidor	Teste prático		
12	Analíticos	Reconhecimento facial	Execução do reconhecimento facial e avaliação de score	Teste prático		
13	Analíticos	Leitura de placas - LPR	Execução da identificação dos caracters de placas veiculares	Teste prático		
14	Armazenamento	Capacidade e estrutura de RAID	Capacidade e RAID conforme edital	Interface e configuração da Controladora		
15	Monitoramento	SNMP	Envio de *traps* SNMP	Teste prático		
16	Segurança	Controle de acesso	Perfis e permissões	Interface e manipulação de usuários		
17	Alta Disponibilidade	*Failover*	Comutação automática	Simulação		
18	Evidências	Exportação	Exportação de vídeos	Teste prático		
19	Documentação	Manuais	Entrega de documentação	Conferência		

TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA

A Contratada deverá realizar Transferência Tecnológica por meio de programa estruturado de capacitação, destinado a garantir a plena autonomia da Contratante na administração, operação, manutenção e evolução dos servidores e softwares integrantes da solução de videomonitoramento e análise inteligente de vídeo.

Público-Alvo
No mínimo 06 (seis) administradores de servidores, indicados pela Contratante, com atuação nas áreas de infraestrutura, redes, sistemas, videomonitoramento e segurança da informação.

O treinamento deverá assegurar que a equipe da Contratante esteja plenamente capacitada para: Operar e administrar os servidores e softwares; realizar integrações com sistemas corporativos; monitorar e manter a solução em regime de alta disponibilidade; evoluir e ajustar os analíticos de vídeo conforme as necessidades operacionais, sem dependência técnica contínua da Contratada.

Carga Horária
O treinamento deverá totalizar 40 (quarenta) horas, distribuídas da seguinte forma:
08 (oito) horas de treinamento teórico
32 (trinta e duas) horas de treinamento prático (hands-on)

Conteúdo Programático Mínimo

O programa de treinamento deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:

a) Arquitetura e recursos da solução
Apresentação da arquitetura lógica e física dos servidores;
Recursos de *hardware* (processamento, memória, armazenamento, aceleração por GPU, redundâncias);
Arquitetura dos *softwares* de VMS e analíticos de vídeo;
Modelos de licenciamento e escalabilidade.
b) Instalação e configuração
Métodos de instalação dos sistemas operacionais e softwares;
Configuração inicial dos servidores;
Parametrização de serviços, permissões e perfis de acesso;
Boas práticas de *hardening* e segurança.
c) Conectividade e integração com rede de dados
Configuração de interfaces de rede;
VLANs, roteamento, balanceamento de carga e QoS;
Integração com *switches, firewalls* e infraestrutura de datacenter;
Boas práticas para ambientes *on-premises* e híbridos.
d) Administração dos Servidores
Gerenciamento de recursos computacionais;
Monitoramento de desempenho (CPU, memória, disco, rede);
Atualizações, *patches* e gestão de versões;
Rotinas de *backup* e restauração.
e) Funcionalidades dos *softwares*
Configuração e administração do VMS;
Gerenciamento de usuários, perfis e permissões;
Gestão de câmeras, fluxos de vídeo e *streams*;
Gestão dos recursos para integração;
Parametrização de políticas de retenção e armazenamento.
f) Gerenciamento, gravação e exportação de vídeo
Configuração de gravação contínua e por eventos;
Indexação e pesquisa de vídeos;
Exportação de evidências em formatos compatíveis;
Cadeia de custódia e integridade dos arquivos.
g) Gestão de alertas e eventos
Configuração de regras de alertas;
Tratamento de eventos gerados por analíticos;
Integração de alertas com sistemas externos;
Dashboards operacionais e relatórios.
h) Analíticos de vídeo
Configuração e ajuste dos analíticos de vídeo;
Gestão de listas de interesse (quando aplicável);
Calibração, testes de acurácia e redução de falsos positivos;
Boas práticas para operação em ambientes reais.
i) Integrações Tecnológicas
Integração via API (*REST* ou equivalente);
Integração com bancos de dados;
Consumo e disponibilização de dados para sistemas externos;
Integração com centrais de comando e controle.
j) Alta Disponibilidade e Continuidade de Serviço
Configuração de mecanismos de alta disponibilidade;
Redundância de serviços e *failover*;
Estratégias de tolerância a falhas;
Procedimentos de contingência e recuperação de desastres.

Metodologia
O treinamento prático deverá ser realizado em ambiente real ou ambiente de homologação, utilizando os próprios servidores e softwares fornecidos;
Cada administrador deverá executar atividades práticas de instalação, configuração, operação e *troubleshooting*;

A metodologia deverá priorizar aprendizado prático, estudo de cenários reais e resolução de problemas operacionais.

Material Didático
Disponibilização de manuais técnicos, guias de administração e procedimentos operacionais;
Entrega de documentação técnica em formato digital.

Certificação
Ao final do treinamento, a Contratada deverá emitir Certificados de Conclusão de Treinamento para cada administrador capacitado;
Os certificados deverão conter, no mínimo: Nome do participante; Carga horária total (60 horas); Conteúdo programático; Identificação da Contratada; Data e local de realização.

REFERÊNCIAS TÉCNICAS
IEC 62676 Part 2-3 - ONVIF Profiles S, G, T e M – Padrões definidos pela ONVIF que asseguram interoperabilidade entre câmeras, servidores e *softwares* de gerenciamento de vídeo (VMS), abrangendo transmissão, gravação, metadados e controle avançado de dispositivos.
ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão: define critérios de segurança, dimensionamento e conformidade das instalações elétricas que alimentam câmeras, servidores e equipamentos de rede.
ABNT NBR 14565 – Cabeamento estruturado para edifícios comerciais: estabelece requisitos para projeto, implantação e certificação de redes estruturadas utilizadas em sistemas de videomonitoramento.
ABNT NBR 15247:2023 – Sistemas de CFTV para Aplicações de Segurança: norma específica para projeto, instalação, operação e manutenção de sistemas de circuito fechado de televisão.
ABNT NBR IEC 62676 – Requisitos mínimos para sistemas de videomonitoramento para uso em aplicações de segurança. Conjunto normativo que define requisitos funcionais, de desempenho e de qualidade para sistemas de videomonitoramento.
ABNT NBR ISO/IEC 19794-5 – Formato de dados biométricos – Imagens faciais. Define padrões para armazenamento, intercâmbio e interoperabilidade de imagens faciais utilizadas em sistemas de reconhecimento biométrico.
ABNT NBR ISO/IEC 19795-1:2020 / ISO/IEC 19795-1:2021
Estabelece princípios gerais para testes de desempenho de sistemas biométricos, incluindo métricas de acurácia, taxas de erro e metodologias de avaliação.

REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE
A licitante deverá comprovar possuir aptidão técnica para fornecimento, integração e suporte de soluções de videomonitoramento inteligente, mediante apresentação de:
Apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante forneceu, implantou ou integrou, com êxito, solução compatível com o objeto desta licitação, contemplando, no mínimo:
Fornecimento de servidores para videomonitoramento e/ou VMS;
Processamento, gravação e gerenciamento de vídeo de câmeras IP;
Integração com sistemas de videomonitoramento urbano, CFTV corporativo ou centrais de comando e controle;
Ambiente de operação 24x7, em infraestrutura crítica ou missão crítica.
Os atestados deverão evidenciar compatibilidade em complexidade tecnológica, não sendo exigida identidade quantitativa absoluta.
Soluções de VMS (*Video Management System*) em arquitetura cliente/servidor;
Soluções de análise inteligente de vídeo, incluindo reconhecimento facial, LPR ou analíticos comportamentais;
Integração de servidores de vídeo com APIs, bancos de dados e sistemas externos;
Implantação de soluções baseadas em ONVIF e RTSP, com interoperabilidade multimarcas;
Carta de autorização do fabricante ou desenvolvedor do hardware e/ou software, autorizando a licitante a comercializar, implantar, prestar suporte técnico e acionar garantia no território nacional.

Capacidade de suporte técnico e garantia
A licitante deverá comprovar capacidade de prestar suporte técnico especializado compatível com ambiente de segurança pública, mediante:
Declaração de que dispõe de estrutura técnica própria ou credenciada no Brasil;
Comprovação de atendimento *on-site* para *hardware*, conforme prazo de garantia exigido;
Capacidade de fornecimento de atualizações, *patches* de segurança e *firmware* durante todo o período de garantia.

Qualificação da Equipe Técnica
A licitante deverá declarar que dispõe de **equipe técnica qualificada**, apta a executar instalação, configuração, integração e transferência tecnológica, incluindo profissionais com experiência comprovada em:
Administração de servidores *Linux* e/ou *Windows Server*;
Redes TCP/IP, VLANs, segurança e ambientes de datacenter;
Sistemas VMS e plataformas de videomonitoramento;
Integração via API, bancos de dados e mensageria (quando aplicável).

Modalidade de Licitação/Contratação direta	Número

				LOTE _____
ITEM	**DESCRIÇÃO**			

Salvador, _____de _____ de 20__.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO

MODELO DE DESCRIÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO E DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número

ITEM	**DESCRIÇÃO**			
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (MENSAL)				R$
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (GLOBAL)				R$
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA				( ) DIAS **[≥60]**

[Identificação completa do representante do licitante], como representante devidamente constituído de **[Identificação completa do licitante],** doravante denominado LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

f) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação compreende a integralidade dos custos

para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1° do art. 63 da Lei n° 14.133/2021; e

g) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Salvador, _____de _____ de 20__.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número

Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório/contratação direta, que a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, prestou serviço de xxxxxxxxxxxxxxxx, atendendo integralmente as especificações contratadas, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam a prestação.

Especificação	**Quantitativo**	**Prazo de execução**

Salvador _____de _____ de 20___.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO

MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, SEM EXIGÊNCIA DE VISTORIA

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número

Em cumprimento à exigência do TR/HABILITAÇÃO, declaramos, para os fins do inc. VI do art. 67 da Lei Federal n° 14.133/2021, termos tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Salvador _____de _____ de 20__.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

Documento assinado eletronicamente por **Euler Reis das Virgens**, **Diretor**, em 19/08/2026, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00147553400** e o código CRC **8AE2D130**.

Referência: Processo nº 020.20519.2026.0002255-01 SEI nº 00147553400

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO SEI Nº 020.20519.2026.0002255-01

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Ao longo dos últimos anos, a Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional (SGTO) tem prospectado soluções inovadoras para oferecer às instituições de segurança pública do estado da Bahia ferramentas que aprimorem o desempenho de suas atividades.

Nesse contexto, foram contratadas importantes soluções amplamente utilizadas pelas Forças de Segurança baianas, dentre as quais se destacam os sistemas de vídeo monitoramento e de vídeo análise inteligente, como o reconhecimento facial e de placas, controle de perímetro e contagem de pessoas. Esses recursos foram adquiridos por meio do Projeto Vídeo Polícia Expansão (VPE) e passaram a ser empregados em 81 municípios do estado, sendo utilizados em diversas ações das forças mencionadas, como operações policiais, investigações criminais, análises forenses, segurança orgânica e apoio às atividades de comando e controle, além de servirem como base para políticas de segurança pública.

As soluções de vídeo análise inteligente atualmente contratadas incluem desde a aplicação com algoritmos de aprendizado de máquina até a alocação e armazenamento em servidores dedicados, além de câmeras, licenças de uso, rede de transporte, integração com bases de dados de interesse, insumos operacionais e demais recursos necessários para seu pleno funcionamento.

Para promover transparência e participação social, a SGTO estruturou o Projeto Câmera Interativa, que foi instituído através do Decreto Nº 21.235/2022 (Bahia, 2022). É uma iniciativa colaborativa para ampliar o videomonitoramento no estado da Bahia por meio da integração de câmeras públicas e privadas, visando fortalecer a segurança pública.

O projeto visa otimizar o sistema de segurança pública, permitindo o uso de imagens de câmeras privadas (residenciais, comerciais e de entidades) voltadas para espaços públicos, buscando aumentar a capacidade de monitoramento e a atuação preventiva e repressiva contra a criminalidade através de uma rede colaborativa de monitoramento, incluindo pontos privados e infraestrutura tecnológica baseada em nuvem.

Essa iniciativa fortalece a vigilância colaborativa, amplia a integração entre governo e sociedade civil, contribui para a prevenção de crimes por meio de monitoramento aberto. No entanto, a gestão e análise de um volume tão grande de dados exige investimentos em tecnologia (*hardware, software* de análise de vídeo, inteligência artificial) e capacitação de pessoal para extrair informações relevantes de forma eficiente e legal.

A SSP-BA, através da SGTO, precisará investir em infraestrutura robusta de nuvem e segurança cibernética para hospedar e gerenciar os dados.
Considera-se também a execução dos recursos proveniente do Programa de Financiamento (PROSEGURANÇA II), previamente definidos por essa unidade, conforme tabela abaixo:

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TECNOLOGICA E ORGANIZACIONAL					
ÓRGÃO	**AÇÃO**	**QNT**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**PAOE**
SGTO	SOLUÇÃO INTEGRADORA DE IMAGENS EM NUVEM	1	2.031.535,83	2.031.535,83	7875

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de contratação de uma solução tecnológica que possibilite a evolução do Projeto Câmera Interativa, aumente sua abrangência implemente novas funcionalidades analíticas e de integração, que atenda não apenas às Forças de Segurança, mas também a outros órgãos estaduais, assegure o uso eficiente dos recursos públicos e a entrega de resultados concretos à sociedade.

1.1 Área requisitante

Superintendência de Gestão Tecnológica (SGTO)/Diretoria de Vídeo Monitoramento (DVM)

1.2 Descrição dos requisitos da contratação

A solução visa atender às demandas de segurança pública por meio de uma plataforma de vídeo-análise inteligente, capaz de:
- Captar, armazenar, custodiar, analisar e gerenciar imagens e metadados gerados por câmeras de diversos fabricantes, distribuídas em todo o estado da Bahia;
- Integrar-se aos dispositivos e sistemas já existentes na SSP/BA, garantindo troca de informações segura e em tempo real;
- Escalar conforme o crescimento do parque de câmeras, mantendo performance e confiabilidade.

1.2.1 Requisitos da Contratação

a) Suporte à expansão do parque de câmeras sem impactar o desempenho, além de compatibilidade com diferentes marcas e modelos, preservando o uso dos equipamentos atuais;

b) Algoritmos avançados de aprendizado de máquina para análises como leitura de placas, reconhecimento facial e detecção de comportamento suspeito; atualizações contínuas para acompanhar novas técnicas e cenários emergentes e processamento de *streaming* de vídeo em tempo real para geração de alertas e estatísticas.

c) Servidores dedicados para armazenamento e processamento de dados e licenças de uso abrangentes, cobrindo todas as funcionalidades previstas;

d) Conexão com bases de dados existentes (cadastros criminais, registros veiculares etc.) e APIs e interfaces que permitam comunicação com outras plataformas

operacionais das forças de segurança;

e) Geração automática de alertas e relatórios analíticos, reduzindo o monitoramento contínuo por operadores; interface amigável, com painéis intuitivos e funcionalidades de *drill-down e t*reinamento e suporte técnico inclusos no contrato;

f) Conformidade com a Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Brasil, 2018); mecanismos de controle de acesso e criptografia para proteger contra invasões e possibilidade de auditorias periódicas;

g) Atendimento técnico 24/7, com manutenção preventiva e corretiva e monitoramento contínuo da saúde do sistema e geração de logs detalhados;

h) Ferramentas de BI para criação de *dashboards* e relatórios customizados; armazenamento de históricos para análises investigativas e estratégicas e capacidade de gerar *insights* preditivos, apoiando a tomada de decisão.

2 SOLUÇÃO

2.1 Levantamento de Mercado

2.1.1 Aquisição de Equipamentos

- A instituição torna-se proprietária dos equipamentos, garantindo controle total sobre sua utilização e manutenção. A propriedade assegura que os dispositivos estejam plenamente alinhados às demandas específicas de segurança e desempenho da SSP/BA;

- A posse e propriedade requer um investimento inicial mais elevado, no entanto reduz custos recorrentes de aluguel, tornando-se uma opção mais econômica a longo prazo;

- A posse e propriedade permite a configuração dos equipamentos conforme as necessidades específicas de rede e garante maior flexibilidade para ajustes no ambiente de operação.

2.1.2 Locação de equipamentos

- Permite o acesso imediato a equipamentos de alta tecnologia sem a necessidade de desembolso completo;

- Contratos de locação geralmente incluem atualizações tecnológicas e suporte técnico;

- Facilita a substituição de equipamentos obsoletos por modelos mais modernos, dependendo da vigência do contrato;

- A locação de equipamentos gera despesas recorrentes, que podem ultrapassar o valor de aquisição ao longo do tempo.

2.1.3 Análise Comparativa

Critério	Aquisição	Locação

Investimento inicial	Alto	Baixo
Custo a longo prazo	Mais econômico	Maior devido ao aluguel recorrente
Propriedade	Total	Nenhuma
Flexibilidade	Alta (customização completa)	Moderada (dependente do contrato)
Atualização tecnológica	Limitada (custo adicional)	Geralmente inclusa

2.1.4 Justificativa pela aquisição

Considerando o levantamento de mercado realizado, verifica-se que a modalidade de aquisição de equipamentos, por meio de processo licitatório, apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, em especial para a Secretaria da Segurança Pública (SSP-BA).

Em primeiro lugar, a aquisição garante a posse e a propriedade dos equipamentos, assegurando pleno controle sobre sua utilização, manutenção e destinação. Essa característica é fundamental para a área de segurança pública, na qual a continuidade e a confiabilidade operacional não podem depender de vínculos contratuais temporários ou de terceiros.

Do ponto de vista econômico, embora a aquisição exija maior investimento inicial, os custos se mostram mais vantajosos a longo prazo, eliminando as despesas recorrentes típicas da locação. Tal economia é relevante frente à necessidade de assegurar a otimização do gasto público e a observância ao princípio da eficiência administrativa.

Além disso, a compra possibilita maior flexibilidade de customização e compatibilidade dos equipamentos, permitindo ajustes específicos conforme as demandas da rede e da infraestrutura tecnológica da SSP/BA. Essa autonomia não é plenamente garantida em contratos de locação, que se restringem às condições impostas pela contratada.

Por fim, a adoção do processo licitatório para aquisição, além de atender às exigências legais, reforça a transparência e a competitividade, assegurando que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa em termos de preço, qualidade e desempenho, em consonância com o interesse público.

Dessa forma, a opção pela aquisição dos equipamentos via licitação, através de Pregão Eletrônico mostra-se a mais adequada, garantindo propriedade, economia de recursos a médio e longo prazo, maior flexibilidade de uso e alinhamento com as necessidades estratégicas da Secretaria da Segurança Pública.

Não foram identificadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, no contexto nacional com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

2.2 Descrição da solução como um todo

A aquisição de equipamentos de rede é uma solução estratégica voltada para a modernização, expansão ou estruturação de uma infraestrutura de conectividade

eficiente, segura e escalável. Essa solução compreende todas as etapas necessárias para selecionar, adquirir, implementar e manter os recursos de rede que permitem a comunicação entre dispositivos, servidores, sistemas e usuários, garantindo o funcionamento adequado dos serviços digitais de uma organização. E tem como, estabelecer uma infraestrutura de rede robusta, segura e confiável, capaz de atender às necessidades atuais da organização e preparada para suportar futuras expansões e novas tecnologias, garantindo alta performance, disponibilidade e gestão simplificada dos recursos de rede.

O bem em questão é classificado como bem de uso comum, conforme o artigo 6º, inciso X, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), que define bens comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado. São eles:

1 - Servidor Inteligente de Videomonitoramento capaz de centralizar, gravar, analisar e gerenciar vídeos de até 250 câmeras IP, executando analíticos de vídeo avançados como reconhecimento facial, leitura de placas de veículos e detecção de atributos, com processamento em tempo real de ao menos 160 canais em 2MP e capacidade mínima de reconhecimento simultâneo de 20 rostos por cena. A plataforma deve integrar *hardware* e *software* analítico embarcado, suportar padrões RSTP, ONVIF (Perfis S/G/T/M), interoperabilidade e integração por meio de SDK, compressão H.264/H.265, comparações faciais acima de 160 por segundo, banco de dados para ao menos 300 mil faces, armazenamento local em RAID 0/1/5/6 com no mínimo 10 discos de 20TB, segurança criptografada, proteção contra-ataques, exportação de vídeos e operação via interface local e *web*. O equipamento deve incluir portas HDMI e USB, múltiplas interfaces *Gigabit Ethernet,* instalação em *rack* até 8U, garantia *on-site* de 5 anos e atualizações contínuas de *software, patches e firmware* durante todo o período.

2 - Microcomputador, Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS) composto por *hardware e software* instalado, baseado em rede TCP/IP, compatível com câmeras IP de diversos fabricantes, utilizando o padrão de mercado ONVIF (Perfis S, G, M e T) e RTSP, com capacidade de processar todos os canais e ciclos de reconhecimento facial gerados pelo Servidor Inteligente de Videomonitoramento, com resolução mínima de 2MP e 30 FPS, simultaneamente; licenciado para no mínimo 250 canais de Reconhecimento Facial, Leitura de Placa de Veículos e detecção de atributos, com capacidade de monitoramento, gravação, pesquisa e recuperação de imagens, incluindo processamento dos dados gerados por servidor inteligente de videomonitoramento. Deve suportar multi-*streaming,* gravação continua, por movimento, eventos e agendamento, além de arquitetura cliente/servidor com autenticação centralizada, alta disponibilidade com pelo menos três opções de *failover*, mapas sinóticos, *videowall* nativo, exportação de vídeos em formatos padrão e nativo com *player* incorporado, API/SDK para integração, operação remota, mecanismos de auditoria, alarmes, notificações SNMP, controle PTZ, criptografia de gravações, reserva de espaço em disco, gravação FIFO, replicação de configurações e gestão centralizada de múltiplos sites. O *hardware* deve incluir gabinete *rack* 19, fontes e ventiladores redundantes *hot-swap*, processador com arquitetura de 64 bits, 32 GB RAM, 4 interfaces *Gigabit Ethernet*, *RAID* 0/1/5, armazenamento com no mínimo 10 discos de 20TB, sistema operacional licenciado e garantia *on-site* de 5 anos, com atualizações, *patches* e *firmware* durante todo o período. *On-site* de 5 anos, com atualizações, *patches* e *firmware* durante todo o período.

2.3 Estimativa das quantidades a serem contratadas

ORD.	OBJETO	CÓD. SIMPAS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	Servidor Inteligente de Videomonitoramento capaz de centralizar, gravar, analisar e gerenciar vídeos de até 250 câmeras IP, devem ser fornecidos com quantidade suficiente para armazenamento dos 250 canais de vídeo para um período de 07 dias e 10% dessa quantidade de canais para 30 dias, executando analíticos de vídeo avançados como reconhecimento facial, leitura de placas de veículos e detecção de atributos, com processamento em tempo real de ao menos 160 canais em 2MP e capacidade mínima de reconhecimento simultâneo de 20 rostos por cena. A plataforma deve integrar *hardware* e *software* analítico embarcado, suportar padrões RSTP, ONVIF (Perfis S/G/T/M), interoperabilidade e integração por meio de SDK, compressão H.264/H.265, comparações faciais acima de 160 por segundo, banco de dados para ao menos 300 mil faces, armazenamento local em RAID 0/1/5/6 com no mínimo 10 discos de 20TB, segurança criptografada, proteção contra ataques, exportação de vídeos e operação via interface local e *web*. O equipamento deve	63.50.20.00020525-7	Unidade (Un)	04

	incluir portas HDMI e USB, múltiplas interfaces *Gigabit Ethernet,* instalação em *rack* até 8U, garantia *on-site* de 5 anos e atualizações contínuas de *software, patches e firmware* durante todo o período.			
	Microcomputador, Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS) composto por *hardware e software* instalado, baseado em rede TCP/IP, compatível com câmeras IP de diversos fabricantes, utilizando o padrão de mercado ONVIF (Perfis S, G, M e T) e RTSP, com capacidade de processar todos os canais e ciclos de reconhecimento facial gerados pelo Servidor Inteligente de Videomonitoramento, com resolução mínima de 2MP e 30 FPS, simultaneamente; licenciado para no mínimo 250 canais de Reconhecimento Facial, Leitura de Placa de Veículos e detecção de atributos, com capacidade de monitoramento, gravação, pesquisa e recuperação de imagens, incluindo processamento dos dados gerados por servidor inteligente de videomonitoramento. Deve suportar multi-*streaming,* gravação continua, por movimento, eventos e agendamento, além de arquitetura	70.10.20.00020518-		

2	cliente/servidor com autenticação centralizada, alta disponibilidade com pelo menos três opções de *failover*, mapas sinóticos, *videowall* nativo, exportação de vídeos em formatos padrão e nativo com *player* incorporado, API/SDK para integração, operação remota, mecanismos de auditoria, alarmes, notificações SNMP, controle PTZ, criptografia de gravações, reserva de espaço em disco, gravação FIFO, replicação de configurações e gestão centralizada de múltiplos sites. O *hardware* deve incluir gabinete *rack* 19, fontes e ventiladores redundantes *hot-swap*, processador com arquitetura de 64 bits, 32 GB RAM, 4 interfaces *Gigabit Ethernet*, *RAID* 0/1/5, armazenamento com no mínimo 10 discos de 20TB, sistema operacional licenciado e garantia *on-site* de 5 anos, com atualizações, *patches* e *firmware* durante todo o período. *On-site* de 5 anos, com atualizações, *patches* e *firmware* durante todo o período.	4	Unidade (Un)	04

As quantidades estimadas dos bens a serem adquiridos foram definidas com fundamento nas necessidades operacionais previamente identificadas pelos setores demandantes, em consonância com o princípio do planejamento. A estimativa baseou-se na análise da avaliação da capacidade de armazenamento e de utilização dos materiais no período de vigência contratual.

Esse levantamento visou assegurar que a contratação atenda de forma eficiente e adequada ao interesse público, evitando tanto a escassez quanto a aquisição

excessiva de itens, o que poderia resultar em desperdício de recursos públicos ou em dificuldades logísticas. Além disso, a metodologia adotada observa os princípios da economicidade, eficiência e racionalidade do gasto público, conforme preconiza a legislação vigente aplicável às contratações públicas, especialmente no âmbito do pregão.

2.4 Estimativa do valor da contratação

A estimativa para esta contratação é de **R$ 4.661.797,77** (quatro milhões, seiscentos e sessenta e um mil setecentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos)

2.5 Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Considerando a natureza do objeto da presente licitação aquisição de equipamentos de infraestrutura de rede e segurança da informação e pela pequena quantidade a ser adquirida, optou-se, de forma fundamentada, pelo **não** parcelamento da contratação, pois nos termos do art. 18, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 - nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Brasil, 2021), que preveem a possibilidade de divisão do objeto sempre que tecnicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção de melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

No caso em análise, a pequena quantidade **não justifica a divisão para diversas empresas.**

Ressalta-se também que, do ponto de vista operacional, a aquisição parcelada pode comprometer a funcionalidade do conjunto de equipamentos e a interoperabilidade entre os itens, pois podem não ser compatíveis entre si ou integráveis, conforme já previsto no planejamento da contratação. Portanto, **o parcelamento prejudicaria a finalidade do objeto, comprometendo a execução integral da solução de rede pretendida.**

2.6 Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há contratações interdependentes vinculadas diretamente a esta aquisição.

2.7 Demonstração de previsão da contratação no planejamento da Administração

Ressalta-se que, embora a presente demanda esteja prevista no Programa de Financiamento (PROSEGURANÇA II), será necessário proceder a ajustes no quantitativo originalmente estimado, de forma a adequá-lo às necessidades atualizadas da Administração. Tal reavaliação visa garantir que a futura contratação reflita com precisão a demanda real dos setores envolvidos, assegurando o uso eficiente dos recursos públicos e a efetividade na execução das atividades institucionais.
Não obstante, a tecnologia supracitada se encontra no Plano de Aquisição de TIC (PA) 2025, Ação 93 desta Superintendência, em razão de normativa SAEB (FORTIC) discriminando taxativamente quais tecnologias podem ser enquadradas como TIC, da qual não costa a solução pretendida.

3 PLANEJAMENTO

3.1 Resultados Pretendidos

Com esta contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

a) Melhor desempenho da rede (mais velocidade e estabilidade);

b) Maior segurança, com proteção contra acessos não autorizados;

c) Expansão e conectividade, permitindo mais dispositivos e áreas cobertas;

d) Confiabilidade, com menos falhas e interrupções;

e) Facilidade de gerenciamento e monitoramento da rede;

f) Redução de custos a longo prazo com manutenção e falhas;

g) Preparação para novas tecnologias como *IoT, cloud* e *Wi-Fi* avançado;

h) Aumento do número de mandados cumpridos por meio de vídeo-análise inteligente e reconhecimento facial, colaborando com a administração da Justiça, reduzindo custos e otimizando recursos nas prisões cautelares, bem como agilizar investigações criminais, reforçando a repressão e a prevenção de delitos;

i) Redução nos custos com deslocamento e diligências manuais para cumprimento de mandados de prisão, pela automação de reconhecimento facial;

j) Elevar a taxa de localização de pessoas desaparecidas com corte de gastos, bem como a eficiência deste recurso quanto a crianças e adolescentes, atualmente, prejudicadas por leituras faciais pouco eficazes;

l) Otimizar a ferramenta de estimativa de público, atendendo à alta demanda nos eventos de grande porte;

m) Aumentar a recuperação de veículos roubados ou furtados e implementar a identificação de veículos clonados, funcionalidade não disponível na plataforma atual, gerando redução de custos sociais e administrativos associados;

n) Integrar-se a diversas aplicações e bancos de dados, permitindo o cruzamento e a análise de informações; os metadados e as imagens gerados possibilitarão estudos de análise criminal preditiva, subsidiando políticas públicas de segurança, otimizando serviços por meio de indicadores avançados e apoiando as Forças de Segurança na tomada de decisões estratégicas;

o) Ampliar a capilaridade das tecnologias de vigilância para todos os municípios da Bahia, com o fortalecimento da segurança dos cidadãos em todo o estado;

p) Possibilidade de recepcionar e processar *streams* de vídeo e metadados cedidos, voluntariamente, por câmeras privadas, sem investimento em novas estruturas;

q) Diminuição nas horas-homem dedicadas à triagem de imagens, ao substituir procedimentos manuais por vídeo-análise inteligente;

r) Reaplicação da força de trabalho para investigações de maior complexidade, ao

transferir tarefas rotineiras de monitoramento para o sistema automatizado;

s) Capacitação interna reduzida, pois a plataforma oferece interface intuitiva e relatórios gerados automaticamente;

t) Melhoria na produtividade das equipes de inteligência, ao integrar dados de vídeo, metadados e bancos de diferentes órgãos em um único painel;

u) Redução na compra de licenças de *software* adicional, ao concentrar funcionalidades (reconhecimento facial, contagem de público, análise preditiva) em uma só plataforma;

v) Retorno do investimento, mediante economias operacionais e ganhos de produtividade;

x) Prevenção de crimes por meio de análise preditiva, estimando redução nos índices de roubos em áreas monitoradas – o que se traduz em menores custos de resposta policial e judiciária;

z) Consolidação de contratos de manutenção e suporte, gerando descontos de escala no ciclo de vida da solução;

aa) Uso compartilhado de infraestrutura (servidores, armazenamento em nuvem), diminuindo as despesas com *data center;*

bb) Geração de *dashboards* com indicadores avançados (KPIs de tempo de resposta, taxa de acerto, custo por evento), permitindo realocar recursos em função de demandas emergentes;

cc) Integração de dados de videomonitoramento com outros sistemas e de registro policial, fornecendo cenários preditivos que subsidiem políticas públicas mais focadas e econômicas;

Com esses resultados, a aquisição não apenas moderniza o aparato de segurança, mas garante economia significativa e aproveitamento máximo dos recursos disponíveis, reforçando a tomada de decisão e a eficiência das operações.

3.2 Providências a serem adotadas

No contexto da futura licitação destinada à aquisição única, a Administração promoveu providências preliminares voltadas à adequada preparação para a gestão e fiscalização do contrato. Nesse sentido, foram realizadas articulações internas entre as áreas técnicas, administrativas e de gestão, com o objetivo de definir responsabilidades, estabelecer fluxos de trabalho e alinhar os procedimentos a serem rigorosamente observados durante a execução contratual decorrente do certame, assegurando conformidade legal, eficiência administrativa e atendimento integral às necessidades institucionais.

Adicionalmente, foram avaliadas as necessidades de capacitação, sendo considerados os conhecimentos já existentes na equipe técnica, que possui familiaridade com os tipos de equipamentos a serem adquiridos. A Administração, no entanto, permanece comprometida com o contínuo aprimoramento dos servidores, especialmente daqueles que atuarão na fiscalização, gestão e utilização dos bens a serem fornecidos, garantindo, assim, a correta aplicação dos recursos públicos.

Considerando que a contratação de uma solução tecnológica que possibilite a evolução do Projeto Câmera Interativa, aumente sua abrangência implemente novas funcionalidades analíticas e de integração, que atenda não apenas às Forças de Segurança, mas também a outros órgãos estaduais, assegure o uso eficiente dos recursos públicos e a entrega de resultados concretos à sociedade —, faz-se necessário que a Administração adote, **antes da formalização do contrato**, as seguintes providências:

a) Planejar e ministrar treinamento técnico especializado aos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, com abrangência dos aspectos operacionais, tecnológicos e administrativos, com ênfase em funcionalidades da nova solução, critérios de desempenho, procedimentos de monitoramento, controle e emissão de relatórios;

b) Realizar levantamento técnico situacional da SGTO e executar intervenções de baixo impacto (onde necessário): instalação ou estabilização de rede elétrica, cabeamento estruturado, climatização e condicionamento ambiental, segurança física dos equipamentos, disponibilização de *rack*, mesa ou bancada para novo *hardware;*
levantar condições atuais da sala de controle: topologia e capacidade da rede LAN/WAN, infraestrutura elétrica, climatização, segurança e realizar pequenos reparos e reforços como: ampliação de banda e QoS para recebimento de múltiplos *streams* de vídeo, cabeamento estruturado adicional e ajustes em *racks* e infraestrutura de ar condicionado;

c) Mapear todos os sistemas atualmente em operação (servidores, bancos de dados, aplicações de vídeo), verificar compatibilidade, definir plano de migração de dados e promover ajustes de integração entre componentes legados e a nova plataforma, garantindo: continuidade dos serviços; sincronização de registros históricos e atualização de APIs e *middlewares*, conforme demanda;

d) Em conjunto com as áreas de tecnologia e operações, estabelecer requisitos mínimos de *hardware e software,* taxas de captura e latência máximas, índices de disponibilidade (SLA), métricas de qualidade de imagem e confiabilidade da análise, além de documentar esses parâmetros no Termo de Referência e no Contrato;

e) Estruturar a governança do projeto, indicando gestor técnico e gestor administrativo, comitê de fiscalização e suas atribuições, rotinas de comunicação com a contratada e definir procedimentos para registro e tratamento de não-conformidades, aceite técnico e operacional de entregas, e os ciclos de revisão e renovação de indicadores.

Com essas providências, garante-se uma transição organizada e eficaz, minimizando riscos de interrupção de serviços e maximizando o retorno sobre o investimento.

3.3 Possíveis impactos ambientais

A aquisição pode acarretar diversos impactos ambientais, especialmente relacionados ao consumo de energia, produção de resíduos eletrônicos e uso de recursos naturais. No entanto, a legislação vigente pode impor medidas mitigadoras para minimizar esses impactos.

Em termos de consumo de energia, os equipamentos a serem adquiridos geralmente

exigem uma quantidade mínima de eletricidade para funcionar adequadamente. Ainda assim, para mitigar esse impacto, será exigido na especificação técnica a utilização de equipamentos que atendam a padrões de eficiência energética específicos.

No que diz respeito à produção de resíduos eletrônicos, muitos equipamentos de redes de dados contêm materiais que podem ser prejudiciais ao meio ambiente se não forem descartados corretamente. A legislação estabelece diretrizes para a gestão adequada desses resíduos, exigindo a implementação de programas de reciclagem e disposição segura de equipamentos eletrônicos. Isso pode incluir a coleta seletiva de resíduos eletrônicos e a destinação para empresas certificadas para reciclagem e tratamento adequado.

Neste sentido, os critérios de sustentabilidade ambiental aplicáveis à aquisição de bens e à contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) estão previstos na Instrução Normativa nº 015/2014 – FORTIC, devendo ser observados para garantir a conformidade com as diretrizes de responsabilidade socioambiental na contratação pública.

A implementação da solução proposta pode gerar impactos ambientais em três frentes principais: consumo de energia, descarte de equipamentos eletrônicos e uso de recursos materiais durante a instalação e a operação do sistema. Para mitigá-los, recomenda-se adotar as seguintes medidas sustentáveis e ambientalmente responsáveis:

- Priorizar dispositivos com certificações reconhecidas (Energy Star, selo Procel etc.), reduzindo o consumo de energia e os custos operacionais;

- Configurar servidores, câmeras e sistemas auxiliares para operar em modos otimizados de eficiência energética sempre que tecnicamente viável (ex.: escalonamento de *clocks*, desligamento automático de componentes ociosos);

- Elaborar cronograma detalhado para minimizar desperdícios de insumos e embalagens descartáveis;

- Incentivar a reutilização de componentes compatíveis (suportes, *racks,* canaletas) e a aquisição de materiais recicláveis ou com menor pegada de carbono;

- Adotar soluções de Gestão Eletrônica de Documentos (GED) e assinatura digital, diminuindo a necessidade de impressão e o volume de arquivos físicos;

- Controlar o ciclo de vida dos equipamentos por meio de inventário e planos de devolução ao fornecedor *(take-back*);

- Definir indicadores de consumo de energia e geração de resíduos, acompanhados em relatórios periódicos;

- Revisitar processos a cada ciclo de atualização tecnológica, incorporando novas práticas e tecnologias verdes disponíveis no mercado;

Com essas ações, não apenas se minimizam os impactos ambientais inerentes à implementação e operação do sistema, mas também se garante a sustentabilidade da solução ao longo de todo o seu ciclo de vida, alinhando o projeto às melhores práticas de responsabilidade socioambiental.

4 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante da análise desenvolvida no Estudo Técnico Preliminar, a **contratação mostra-se viável** em termos de disponibilidade de mercado, forma de prestação dos serviços, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação no formato indicado.

5 ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP

Conforme o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Brasil, 2011), este Estudo Técnico Preliminar não apresenta informações sensíveis que tenham necessidade de classificação quanto ao grau e prazo de sigilo.

6 IDENTIFICAÇÃO

Assinado Eletronicamente

CPF: 79427588500

Servidor: OSVALDO SILVA DIAS JÚNIOR

Função: Diretor de Videomonitoramento

Lotação: SSP/SGTO/DVM

Documento assinado eletronicamente por **Osvaldo Silva Dias Junior**, **Diretor**, em 25/05/2026, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00139929585** e o código CRC **A38F2856**.

Referência: Processo nº 020.20519.2026.0002255-01 SEI nº 00139929585

NOTA: utilizar a menção ao "Estado da Bahia" somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir apenas o nome da autarquia ou fundação, conforme o caso.

[ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA OU ÓRGÃO]
[OU]
[ENTIDADE]

Parte Variável do edital
Componente: **Minuta padronizada de Contrato**
Classificação: **modelo**
Versão: **1**
Data da aprovação/modificação (PGE): 22/05/2025 (OS PA Nº 017/2025)

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO SIMPLIFICADA DE BENS USUAIS

Notas:
1. Quando houver opções de texto em vermelho, deverá ser excluída a que não for utilizada. Se as opções forem apresentadas em parênteses "( )", deverá ser assinalada a alternativa escolhida "(X)".
2. Nos espaços (....) destinados ao preenchimento de informações, as inclusões devem estar restritas ao tema tratado e não podem conflitar com outras disposições da minuta.
3. As "**Notas**" contêm orientações para a elaboração do TR/Habilitação, devendo ser excluídas na versão que for levada a publicação.
4. O responsável pela licitação deverá: preencher as informações específicas do objeto da licitação e assinalar, quando houver, as opções a serem aplicadas.
5. O arquivo utilizado para a elaboração da minuta do contrato deverá contemplar a versão utilizada e a data do *download*.

(X) LICITAÇÃO

CONTRATO Nº ___/___ QUE ENTRE SI CELEBRAM O [ESTADO DA BAHIA] [AUTARQUIA _____] [FUNDAÇÃO] E A [PESSOA JURÍDICA/PESSOA FÍSICA] _____, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pelo(a) Dr(a). _____, titular da Secretaria _____, CNPJ nº _____, situada na _____, autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de ___/___/___, doravante denominado Contratante, [utilizar a menção ao Estado somente se for órgão da Administração Direta] e a _____ [pessoa jurídica], inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, doravante representada pelo Sr(a). _____, portador da cédula de identidade nº _____, emitida por _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominado Contratada, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente ( ) do Pregão Eletrônico n° ____/____, processo administrativo n° _____, que se regerá pela Lei n° 14.634, de 28 de novembro de 2023, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Microcomputador, Servidor Inteligente de Videomonitoramento e Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS), nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).
1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição neste instrumento:
a) TR/Habilitação;
b) Proposta da Contratada;
c) Edital da Licitação (demais componentes);
d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O modelo de execução do objeto observará o disposto no TR/Habilitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da (x) **assinatura do Contrato** ( ) **subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM** ( ) **subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS**, observado o art. 105 da Lei Federal n° 14.133/2021.
2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, sem prejuízo das providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, nos termos do art. 111 da Lei Federal n° 14.133/2021.
2.2.1 As Partes disciplinarão o novo cronograma de execução do Contrato por meio de termo aditivo, salvo nos casos de:

a) impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, hipótese em que os registros do fato gerador e da prorrogação do cronograma pelo tempo correspondente serão realizados por simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

b) a não conclusão do escopo no prazo predefinido decorrer de culpa da Contratada e a Administração optar pela extinção do Contrato, observado o art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como não contínuo/contratado por escopo, no que, conforme o caso, podem estar incluídas situações previstas no art. 108 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As regras de execução e de gestão do contrato constam no TR/Habilitação, anexo a este Contrato (art. 92 da Lei Federal n° 14.133/2021).

3.2 Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor _____, matrícula: _____

Nota: alternativamente, a nomeação do gestor do contrato pode ser feita por portaria.

3.3 Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): _____ matrícula(s): _____

Nota: alternativamente, a nomeação do fiscal e/ou comissão pode ser feita por portaria.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O Contratante pagará à Contratada os valores estimados especificados no quadro abaixo:

LOTE ___						
ITEM	**Código SIMPAS**	**Descrição**	**Unidade de Fornecimento (UF)**	**Quantitativo**	**PREÇO UNITÁRIO**	**~~PREÇO MENSAL~~**

1	**63.50.20.00020525-7**	**Servidor Inteligente de Videomonitoramento capaz de centralizar, gravar, analisar e gerenciar vídeos de até 250 câmeras IP, devem ser fornecidos com quantidade suficiente para armazenamento dos 250 canais de vídeo para um período de 07 dias e 10% dessa quantidade de canais para 30 dias, executando analíticos de vídeo avançados como reconhecimento facial, leitura de placas de veículos e detecção de atributos, com processamento em tempo real de ao menos 160 canais em 2MP e capacidade mínima de reconhecimento simultâneo de 20 rostos por cena. A plataforma deve integrar hardware e software analítico embarcado, suportar padrões RSTP, ONVIF (Perfis S/G/T/M), interoperabilidade e integração por meio de SDK, compressão H.264/H.265, comparações faciais acima de 160 por segundo, banco de dados para ao menos 300 mil faces, armazenamento local em RAID 0/1/5/6 com no mínimo 10 discos de 20TB, segurança criptografada, proteção contra ataques, exportação de vídeos e operação via interface local e web. O equipamento deve incluir portas HDMI e USB, múltiplas interfaces Gigabit Ethernet, instalação em rack até 8U, garantia on-site de 5 anos e atualizações contínuas de software, patches e firmware durante todo o período.**	**UND**	**04**		

2	**70.10.20.00020518-4**	**Microcomputador, Servidor de Gerenciamento e Administração de Vídeo (VMS) composto por hardware e software instalado, baseado em rede TCP/IP, compatível com câmeras IP de diversos fabricantes, utilizando o padrão de mercado ONVIF (Perfis S, G, M e T) e RTSP, com capacidade de processar todos os canais e ciclos de reconhecimento facial gerados pelo Servidor Inteligente de Videomonitoramento, com resolução mínima de 2MP e 30 FPS, simultaneamente; licenciado para no mínimo 250 canais de Reconhecimento Facial, Leitura de Placa de Veículos e detecção de atributos, com capacidade de monitoramento, gravação, pesquisa e recuperação de imagens, incluindo processamento dos dados gerados por servidor inteligente de videomonitoramento. Deve suportar multi-streaming, gravação continua, por movimento, eventos e agendamento, além de arquitetura cliente/servidor com autenticação centralizada, alta disponibilidade com pelo menos três opções de failover, mapas sinóticos, videowall nativo, exportação de vídeos em formatos padrão e nativo com player incorporado, API/SDK para integração, operação remota, mecanismos de auditoria, alarmes, notificações SNMP,**	**UND**	**04**		

		controle PTZ, criptografia de gravações, reserva de espaço em disco, gravação FIFO, replicação de configurações e gestão centralizada de múltiplos sites. O hardware deve incluir gabinete rack 19, fontes e ventiladores redundantes hot-swap, processador com arquitetura de 64 bits, 32 GB RAM, 4 interfaces Gigabit Ethernet, RAID 0/1/5, armazenamento com no mínimo 10 discos de 20TB, sistema operacional licenciado e garantia on-site de 5 anos, com atualizações, patches e firmware durante todo o período. On-site de 5 anos, com atualizações, patches e firmware durante todo o período.				
				~~VALOR ESTIMADO MENSAL~~		
				VALOR ESTIMADO GLOBAL		

Notas:
1. Caso a planilha seja extensa, recomenda-se o uso de tabela anexa.
2. Adaptar conforme o objeto.

5.1.1 Estima-se para o Contrato o valor global de R$ _____ (_____)
Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como não contínuo/contratado por escopo e não houver pagamento mensal.

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.
5.3 O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos à Contratada dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no TR/Habilitação, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incs. V e VI, da Lei Federal n° 14.133/2021).

CLÁUSULA SÉTIMA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Reajustamento em sentido estrito

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado de 19/08/2026,

data do orçamento estimado (art. 92, inc. V, e §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE.
Notas:
1. A Administração deve indicar o índice que, conforme o objeto do contrato, retrata a variação efetiva do custo de produção, sendo admitida a adoção de mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, nos termos dos art. 6º, inc. LVIII, e art. 92, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
2. O índice utilizado deve ser o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços do objeto do contrato, "*(...) o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração (...)*" – TCU, Acórdão nº 114/2013-Plenário.
3. Caso o INPC/IBGE não se adeque ao objeto, deverá ser alterado para o índice compatível.

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo Contratante, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021, sob pena de preclusão.

7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Na hipótese de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1 A Contratada deverá apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços correspondente a eventual valor remanescente.

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço no período remanescente do Contrato, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inc. I, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro

7.8 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, nas hipóteses do art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de 1 (um) ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de fornecimento ou serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal n° 14.133/2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento ou serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá observar a disposição da subcláusula 7.8.1.

7.9 O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inc. XI, c/c art. 123, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021).
Nota: a Administração poderá ajustar o prazo conforme o caso concreto.

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.11 A Contratada não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no Contrato venham a se materializar (art. 124, inc. II, "d", parte final, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Obrigações do Contratante

8.1 O Contratante, além das determinações contidas no TR/Habilitação e demais componentes, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos, fornecendo por escrito as informações necessárias para a execução do objeto contratado;

b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR/Habilitação;

c) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

d) intimar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto do Contrato, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo indicado, certificando-se de que as soluções propostas pela Contratada são as mais adequadas;

e) comunicar-se com a Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, conforme prazo, forma e condições estabelecidos no TR/Habilitação;

g) aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste Contrato;

h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato apresentadas pela Contratada, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo definido na subcláusula 8.1.1;

i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela Contratada no prazo definido na subcláusula 7.9;

j) intimar os emitentes das garantias relativamente ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

k) assegurar-se, na hipótese de execução do objeto contratado em suas dependências ou em local por ele designado, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho.

8.1.1 O Contratante, no prazo de _____ (____) dias, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s) relacionado(s) à execução do Contrato, decidirá sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal n° 14.133/2021).

Notas:

1. Nos termos do art. 123, *caput,* da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas.

2. O prazo a que se refere a subcláusula 8.1.1 deve ser definido conforme a complexidade do objeto contratual e os trâmites internos das áreas envolvidas na execução do Contrato. Caso não haja especificação, o prazo será de 1 (um) mês, conforme o art. 123, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Obrigações da Contratada

8.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do Contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes, observado o art. 118 da Lei Federal n° 14.133/2021, cuja designação ou manutenção poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a Contratada designará outro profissional para o exercício da atividade;

b) atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante e prestar o(s) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) (art. 137, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021);

c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos das normas de

regência, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

e) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda estadual, municipal ou distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

g) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

i) executar o objeto sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do Contrato e comunicar ao Contratante qualquer anormalidade ou acidente que interfira no bom andamento do Contrato;

j) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

k) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

l) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

m) reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo determinado pelo Contratante, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando-os em perfeita condição de funcionamento;

n) assegurar a seus trabalhadores ambiente de trabalho em condições adequadas ao cumprimento às normas de saúde, segurança e bem estar no trabalho e fazer com que seus empregados as respeitem, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;

o) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

p) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR/Habilitação;

q) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, devendo, sempre que solicitado pelo Contratante, indicar os empregados que preencherem as vagas correspondentes (arts. 92, inc. XVIII, e 116 da Lei Federal n° 14.133/2021);

r) atender as obrigações concernentes à aprendizagem de que trata o art. 429 do Decreto-Lei n° 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), Lei n° 14.395/2021, e normas regulamentares, em especial:

1) quando se tratar da contratação de serviços, recrutar, preferencialmente, como aprendizes, os estudantes indicados no art. 42 da Lei n° 14.395/2021, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da Contratada.

Notas:

1. O percentual de que trata o item 1) foi fixado no Decreto nº 16.761/2016, que regulamentava a Lei nº 14.459/2015, revogada pela Lei nº 14.395/2021, que não especifica percentual mínimo de aprendizes. Não obstante, para conferir resultado útil à previsão legal, esta minuta adota, como parâmetro, o percentual indicado no Decreto nº 16.761/2016.

2. Regulamentada a Lei nº 14.395/2021 com indicação de percentual diverso, o item 1) deverá ser compatibilizado com a nova regra.

1.1) na hipótese do item 1, a Contratada deverá apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da

execução do objeto, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata a Lei n° 14.395/2021, devendo justificar, perante o Contratante, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

t) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021;

u) observar a legislação federal, estadual e municipal, relativa ao objeto do Contrato, bem como as normas internas do Contratante;

v) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

x) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

y) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do Contrato, arcando com os custos para sua obtenção;

w) efetuar pontualmente o pagamento de tributos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente Contrato;

z) emitir nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, obras e/ou serviços, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, indicando, conforme o caso, sua quantidade, preço unitário e valor total;

aa) realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme prescrições do TR/Habilitação;

bb) fornecer as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação;

cc) alocar, durante todo o período de execução do objeto, profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica e a equipe técnica mínima exigida no TR/Habilitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Contratante;

dd) responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato próprio, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

ee) promover, por sua conta e risco, transporte de bens;

ff) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessárias à sua execução;

gg) ressarcir o Contratante pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção da execução do objeto contratado;

hh) realizar, quando exigido no TR/Habilitação, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

ii) tratando-se de obras, serviços e fornecimento de grande vulto, implantar Programa de Integridade, na forma do Decreto nº 23.356, de 17 de janeiro de 2025;

jj) providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br ou outro que venha a substituí-lo, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

kk) manter atualizados os seus dados cadastrais, com a apresentação de documentos comprobatórios de mudança de endereços, inclusive eletrônicos (e-mail), telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;

ll) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;

mm) entregar o objeto de acordo com as especificações técnicas constantes do TR/Habilitação e no presente Contrato, nos locais, dias, turnos e horários determinados, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se houver.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

~~9.1 As disposições sobre a garantia da contratação estão disciplinadas no TR/Habilitação.~~

9.1 Será exigida a garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, no percentual de 5 % (cinco por cento) do valor anual do Contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades indicadas no referido art. 96, §1º

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021.
10.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações tipificadas no art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observados os arts. 48 e 49 da Lei n° 14.634/2023 e a disciplina constante no Decreto nº 23.113/2024.
10.3 No que concerne à multa, será observado o disposto no subitem 10.14.
10.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, observado o disposto na Lei n° 12.209, de 20 de abril de 2011 (art. 156, §9°, da Lei Federal n° 14.133/2021).
10.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei Federal n° 14.133/2021).
10.6 A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, conforme rito estabelecido nos arts. 51 e 52 da Lei nº 14.634/2023, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do Decreto nº 23.113/2024.

10.6.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa (art. 50, §2º, da Lei n° 14.634/2023).

10.6.2 O valor da retenção provisória a que se refere a subcláusula anterior não poderá exceder o limite máximo estabelecido no art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 50, §3º, da Lei n° 14.634/2023).

10.7 A apuração de infrações sujeitas exclusivamente à sanção de advertência ou de multa, isoladas ou cumuladas entre si, será realizada em processo sancionatório simplificado (art. 51 da Lei n° 14.634/2023).

10.7.1 Precederá a abertura do processo sancionatório simplificado a intimação do interessado a fim de que tenha ciência da imputação, observada a disciplina do art. 28 do Decreto nº 23.113/2024.

10.7.1.1 O ato de intimação deverá conter a descrição dos fatos ilícitos imputados, o enquadramento jurídico, a sanção aplicável e, no caso de multa, o respectivo cálculo.

10.7.1.2 Acompanhará o ato de intimação o termo de anuência que poderá ser firmado pelo interessado, caso manifeste a concordância com a imputação e com a sanção aplicável.

10.7.1.3 Assinado o termo de anuência no prazo assinalado, será promovida a aplicação da sanção cabível, procedendo-se aos devidos registros, encerrando-se o procedimento.

10.7.1.3.1 No caso de multa, o procedimento será encerrado após o seu efetivo recolhimento.

10.7.1.4 Caso o interessado não manifeste a concordância expressa com os termos da imputação, será promovida a abertura do processo sancionatório simplificado.

10.8. A apuração de conduta infrativa sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será realizada em processo de responsabilização (art. 52 da Lei n° 14.634/2023).

10.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser atenuadas ou comutadas mediante a celebração de Termo de Transação Administrativa (TTA), observados os requisitos e condições estabelecidos em Regulamento específico (art. 55 do Decreto nº 23.113/2024).

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº

12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei Federal n° 14.133/2021 e art. 47, §3°, da Lei n° 14.634/2023).

10.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 57 da Lei n° 14.634/2023).

10.11.1 Com a desconsideração da personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

10.11.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 55, §1°, da Lei n° 14.634/2023).

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme art. 60 da Lei n° 14.634/2023 e a disciplina prevista no Decreto nº 23.113/2024.

10.14 A sanção de multa observará as seguintes disposições:

10.14.1 Multa Compensatória

10.14.1.1 A multa compensatória, em caso de descumprimento total da **obrigação principal,** incidente sobre o valor global do contrato, será de: **20% (vinte por cento)** (art. 8º, *caput*, e §1º do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento)

10.14.1.1.1 Caso o cumprimento da **obrigação principal**, uma vez iniciado, seja descontinuado, a multa compensatória incidirá sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado (art. 8º, §2º do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.1.2 A multa compensatória, no caso de descumprimento de **obrigação acessória**, incidente sobre o valor do contrato, será de: **0,5% (cinco décimos por cento)** (art. 8º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 15% (quinze por cento) e não poderá ser superior ao da obrigação principal (art. 7º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024)

10.14.2 Multa Moratória

10.14.2.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora.

10.14.2.2 No caso de **obrigação principal**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: **0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,5% (cinco décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo.** (art. 9º, §1º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,1% (um décimo por cento) e não é recomedável que supere 1% (um por cento), em razão do prazo para atingimento do limite máximo da multa compensatória (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024)

10.14.2.3 No caso de **obrigação acessória**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de **0,1% (um décimo por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,3% (três décimos por cento) por cada dia subseqüente ao trigésimo**.

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser superior ao da obrigação principal (art. 7º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024)

10.14.2.4 O atraso injustificado do prazo fixado para **apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual** ensejará a aplicação de multa moratória diária de **5% (cinco por cento)**, incidente sobre o valor da garantia contratual (art. 9º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, mas não poderá ser inferior a 0,1% (um décimo por cento)

10.14.2.4.1 A multa moratória não poderá superar o valor da própria garantia contratual.

10.14.2.5 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 9º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).
10.14.2.6 Se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, além da conversão em compensatória e aplicação das demais sanções previstas em lei, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
11.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência do Contrato ficará prorrogada até a conclusão do objeto, devendo a Administração promover a readequação do cronograma de execução.
11.1.1.1 Na hipótese da subcláusula 11.1.1, havendo culpa da Contratada, ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas (art. 111, parágrafo único, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021).
11.1.1.2 Caso a Administração opte pela extinção do Contrato, deverá adotar as medidas necessárias para a continuidade da execução contratual (art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como não contínuo/contratado por escopo.

11.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.2.1. A extinção do contrato poderá ser:
a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inc. I, e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021);
b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);
c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).
11.2.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato (art. 137, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).
11.2.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 11.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.2.3. O Contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).
11.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) indenizações e multas.
11.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, observada a Cláusula Sétima deste Contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei Federal n° 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inc. VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021):

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
Nota: conforme o art. 106, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021, nas hipóteses de objetos enquadrados como contínuos, "*a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção*".

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras, e, de até 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício ou de equipamento (art. 125 da Lei Federal n° 14.133/2021).
13.3 As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação (art. 126 da Lei Federal n° 14.133/2021).
13.4 Caso o Contrato não contemple preços unitários para os serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos na subcláusula 13.2 (art. 127 da Lei Federal n° 14.133/2021).
13.5 Nas alterações contratuais para supressão de bens ou serviços, se a Contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (art. 129 da Lei Federal n° 14.133/2021).
13.6 Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos da Contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 130 da Lei Federal n° 14.133/2021).
13.7 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021).
13.8 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).
13.9 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

15.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a Contratada poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma da Lei n° 12.209/2011 e do Decreto n° 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

15.1.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto n° 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Nota: utilizar essa cláusula caso a contratação envolva, de qualquer forma, o tratamento de dados pessoais (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

16.1 As partes se comprometem a cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regras e regulamentos que lhe forem aplicáveis e que tenham por objeto os dados pessoais tratados no âmbito do objeto contratado.
16.2 A Contratada deverá utilizar os dados pessoais recebidos em função do objeto do Contrato somente para a finalidade pactuada, não podendo, em caso algum, utilizar esses dados pessoais para finalidade distinta, sob pena de extinção imediata da contratação.
16.3 A Contratada se obriga a não armazenar, arquivar, reproduzir, transmitir, distribuir, transferir ou de qualquer forma compartilhar os dados pessoais disponibilizados pelo Contratante com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente previstas.
16.4 Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Contratada deverá enviar comunicação ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) data e hora do incidente; b) data e hora da ciência pela Contratada; c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; d) relação de titulares afetados pelo incidente; e e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para sanar e mitigar o incidente, bem como para reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.
16.5 O Contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.
16.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta Cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
16.7 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
16.8 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações sobre os dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
16.9 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, a Contratada ficará sujeita à integral responsabilização, inclusive por perdas e danos, aplicação das sanções cabíveis e da extinção do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do Contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.
17.2 O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.
17.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei n° 14.634/2023 e demais normas aplicáveis.
17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, será observado o art. 183 da Lei Federal n° 14.133/2021 e o art. 67 da Lei n° 14.634/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal n° 14.133/2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
Representante legal do Contratante

_____
Representante legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____